



Demonstrações Financeiras Intermediárias
Consolidadas em IFRS

31 de março de 2023

SUMÁRIO**Demonstrações
Financeiras
Intermediárias**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6

**Notas explicativas às
Demonstrações Financeiras Intermediárias**

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	7
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES ..	9
4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	11
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO	18
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	28
9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS.....	30
10. OUTROS ATIVOS	33
11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	33
12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS	36
13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS.....	37
14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	38
15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	38
16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	39
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40
18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS	44
19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	46
20. OUTROS PASSIVOS	54
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	57
23. PARTES RELACIONADAS	59
24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	63
25. GESTÃO DE RISCOS	63
26. OUTRAS INFORMAÇÕES	73
27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS.....	75
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	77
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	77
30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES	77
31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	78
32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS	79
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	98
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	99

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.930.020	35.608.353
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	60.370.047	55.134.497
Derivativos	7.5.1	946.935	1.317.754
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	82.551.787	88.980.416
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	478.178.976	481.390.441
Títulos e valores mobiliários	7	5.708.352	9.364.882
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	5.306.270	5.693.986
Ativos fiscais		12.514.740	11.772.281
Correntes	17.3	1.011.425	969.613
Diferidos	17.2	11.503.315	10.802.668
Ativos mantidos para venda		1.661	1.416
Investimentos em coligadas	9	1.896.428	1.947.426
Imobilizado		151.010	152.105
Intangível		6.270	7.104
Outros ativos	10	1.069.754	1.122.075
Total do ativo		692.632.250	692.492.736
Obrigações por depósitos	12.2	5.982.028	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	13	35.347.038	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures	15	702.904	749.341
Derivativos	7.5.1	-	93.828
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	662.307	584.354
Obrigações por empréstimos e repasses	11	87.981.778	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	9.848.514	9.681.706
Dívida subordinada	12.1	373.533.159	366.859.581
Outros passivos financeiros	16	11.044.334	10.952.577
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.1	10.236.232	9.913.974
Diversos		808.102	1.038.603
Obrigações fiscais		11.071.776	12.352.451
Correntes	17.1	1.227.460	1.108.473
Diferidos	17.2	9.586.273	10.881.131
Outros		258.043	362.847
Obrigações de benefícios a empregados	19	5.230.511	4.902.266
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	2.432.851	2.355.559
Outros passivos	20	1.450.442	1.486.034
Total do passivo		545.287.642	543.924.380
Patrimônio líquido			
Capital Social	21.1	61.842.148	61.842.148
Aumento de Capital	21.1	12.946.254	12.946.254
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	8.731.760
Reservas de lucros	21.3	46.019.678	46.019.678
Outros resultados abrangentes	21.4	16.167.634	20.023.279
Resultados acumulados não apropriados	27	1.637.134	(994.763)
Total do patrimônio líquido		147.344.608	148.568.356
Total do passivo e patrimônio líquido		692.632.250	692.492.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	31/03/2023	31/03/2022
Receitas de intermediação financeira	22	15.704.234	8.643.725
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		11.578.390	4.808.367
Moeda nacional		11.986.524	10.548.578
Moeda estrangeira		(408.134)	(5.740.211)
Resultado com títulos e valores mobiliários		3.866.695	3.576.085
Rendas com administração de fundos e programas		259.149	259.273
Despesas de intermediação financeira	22	(12.126.172)	(5.865.502)
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(9.348.079)	574.762
Moeda nacional		(10.297.422)	(9.678.777)
Moeda estrangeira		949.343	10.253.539
Resultado de derivativos - renda fixa	7.5.2	(1.830.425)	(3.451.031)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(1.023.492)	(2.738.445)
Resultado da carteira de câmbio		75.824	(250.788)
Resultado bruto da intermediação financeira	22	3.578.062	2.778.223
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	(11.506)	672.514
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(271.904)	176.587
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	9.5	-	9.462
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	7.2.2	2.408.608	3.187.909
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	314	1.129.124
Resultado de derivativos - renda variável	7.5.2	(146.945)	90.240
Resultado com fundos de investimento		57.008	48.588
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	9	-	8.824.107
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(77.684)	(273.731)
Despesas tributárias		(244.690)	(270.543)
Despesas com pessoal		(607.589)	(561.104)
Despesas administrativas		(111.703)	(76.288)
Outras receitas operacionais		113.913	18.416
Outras despesas operacionais		(289.015)	(113.865)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.396.869	15.639.639
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(1.572.011)	(2.191.078)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	(132.483)	(2.196.088)
Lucro líquido do período		2.692.375	11.252.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do período	2.692.375	11.252.473
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado:	(3.648)	(2.187.184)
Participação no resultado abrangente de coligadas		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	18.522	(67.088)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(22.170)	(2.120.096)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(3.834.522)	5.211.974
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	(5.737.140)	7.051.009
Efeito fiscal	2.115.353	(2.457.876)
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	(216.368)	705.118
Efeito fiscal	3.633	(86.277)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(3.838.170)	3.024.790
Resultado Abrangente do período	(1.145.795)	14.277.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Aumento de Capital	Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas		Resultados acumulados não apropriados	Total
				Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	61.842.148	-	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	27.813.463	2.536.917	(544.748)	158.432.516
Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas	-	-	-	-	-	-	-	5.211.974	(2.187.184)	-	3.024.790
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(533.808)	-	533.808	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(349.596)	(349.596)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.252.473	11.252.473
Saldo em 31 de março de 2022	61.842.148	-	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	32.491.629	349.733	10.891.937	172.360.183
Mutações no período	-	-	-	-	-	-	-	4.678.166	(2.187.184)	11.436.685	13.927.667
Saldo em 1º de janeiro de 2023	61.842.148	12.946.254	8.731.760	9.524.841	201.355	15.862.358	20.431.124	19.691.388	331.891	(994.763)	148.568.356
Outros resultados abrangentes e outras movimentações reflexas	-	-	-	-	-	-	-	(3.834.522)	(3.648)	-	(3.838.170)
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(17.475)	-	17.475	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.953)	(77.953)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.692.375	2.692.375
Saldo em 31 de março de 2023	61.842.148	12.946.254	8.731.760	9.524.841	201.355	15.862.358	20.431.124	15.839.391	328.243	1.637.134	147.344.608
Mutações no período	-	-	-	-	-	-	-	(3.851.997)	(3.648)	2.631.897	(1.223.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2023	31/03/2022
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.396.869	15.639.639
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	1.295.868	(6.001.707)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	1.023.492	2.738.445
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	77.684	273.731
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	-	(9.462)
Resultado com equivalência patrimonial	11.506	(672.514)
Resultado de derivativos - renda variável	146.945	(90.240)
Depreciação	4.680	4.599
Juros e atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures	14.086	44.033
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.475	533.808
Outras receitas com participações acionárias - reclassificação de coligada para TVM	-	(8.824.107)
Varição de ativos e passivos	(4.019.907)	(16.398.791)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	3.206.913	5.929.010
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(1.686.972)	(11.808.173)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	397.979	(879.593)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(2.179.308)	(9.462.391)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(1.105.067)	6.551.160
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(426.735)	(118.530)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(836.092)	(1.634.440)
. IR e CSLL pagos	(1.390.625)	(4.975.834)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.672.830	(6.760.859)
Atividades de investimentos		
. Adição em investimentos em coligadas	-	(8.028)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	957.894
. Resgate de cotas em outras participações e outros investimentos permanentes	35.843	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	-	9.849
. Adições ao imobilizado	(61)	(3.225)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	35.782	956.490
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	6.673.578	(101.815)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(60.523)	(115.317)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	6.613.055	(217.132)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.321.667	(6.021.501)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.608.353	95.298.787
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota explicativa nº 5)	43.930.020	89.277.286
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.321.667	(6.021.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 30 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

Conflito Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia não causou impactos significativos nas operações do Sistema BNDES ou no valor justo de seus ativos e passivos por não ter exposição direta aos dois países. No entanto, o BNDES monitora o conflito com o objetivo de mitigar potenciais impactos financeiros, diretos e indiretos, sobre suas operações e, consequentemente, seus reflexos nas Demonstrações Financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 11 de maio de 2023. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 12 de maio de 2023.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 31 de março de 2023.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.

2.5. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;
- Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa nº 31.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2023

IFRS 17 – Contratos de Seguro

Substitui o IFRS 4 e tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e adoção retrospectiva.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: classificação do passivo em circulante ou não circulante

Orientações sobre classificação de um Passivo em Circulante ou Não Circulante. Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e adoção retrospectiva.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: políticas contábeis

Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem requerimentos das normas IFRS. Alterações efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

Alterações na IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros

Orientação quanto a melhor definição de estimativas contábeis. Alteração efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda

Esclarece que a isenção de reconhecimento inicial de ativos e passivos de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias estabelecida na IAS 12 não se aplica às operações de arrendamentos e obrigações de desativação. Alterações efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

As implementações citadas não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Alterações na IAS 1 – Dívida de Longo Prazo com Covenants

Determina que informações acerca de cláusulas contratuais restritivas em contratos de dívidas de longo prazo que podem resultar em pagamento antecipado, sejam divulgadas em notas explicativas. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2024.

Alterações no IFRS 16 – Passivo de Arrendamento em venda e operação de Leaseback

Alterações que adicionam requisitos que explicam como uma empresa contabiliza uma venda e leaseback após a data de transação. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2024.

4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada ativo e passivo financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

4.1. Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

	31/03/2023				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.718.078	12.718.078	31.211.942	43.930.020
Títulos públicos	16.218.825	58.793.008	75.011.833	43.934	75.055.767
Ações	51.782.036	-	51.782.036	-	51.782.036
Debêntures	7.515.199	-	7.515.199	1.643.053	9.158.252
Fundos mútuos de investimentos	2.289.630	1.541.839	3.831.469	-	3.831.469
Títulos de renda fixa no exterior	4.746.097	35.200	4.781.297	4.021.365	8.802.662
Derivativos	-	946.935	946.935	-	946.935
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	478.178.976	478.178.976
Outros ativos financeiros	-	-	-	5.306.270	5.306.270
Total Ativos financeiros	82.551.787	74.035.060	156.586.847	520.405.540	676.992.387
		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	-	-	-	5.982.028	5.982.028
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	35.347.038	35.347.038
Obrigações por emissão de debêntures	-	-	-	702.904	702.904
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	87.981.778	87.981.778
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	-	9.848.514	9.848.514
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	662.307	662.307
Dívida subordinada	-	-	-	373.533.159	373.533.159
Outros passivos financeiros	-	-	-	11.044.334	11.044.334
Total Passivos financeiros		-	-	525.102.062	525.102.062

	31/12/2022				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.075.505	11.075.505	24.532.848	35.608.353
Títulos públicos	17.724.418	53.419.848	71.144.266	50.491	71.194.757
Ações	56.739.845	-	56.739.845	-	56.739.845
Debêntures	7.439.201	-	7.439.201	1.640.435	9.079.636
Fundos mútuos de investimentos	2.343.818	1.665.611	4.009.429	-	4.009.429
Títulos de renda fixa no exterior	4.733.134	49.038	4.782.172	7.673.956	12.456.128
Derivativos	-	1.317.754	1.317.754	-	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	481.390.441	481.390.441
Outros ativos financeiros	-	-	-	5.693.986	5.693.986
Total Ativos financeiros	88.980.416	67.527.756	156.508.172	520.982.157	677.490.329
		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	-	-	-	6.212.638	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	36.452.105	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures	-	-	-	749.341	749.341
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	91.241.940	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	-	9.681.706	9.681.706
Derivativos	-	93.828	93.828	-	93.828
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	584.354	584.354
Dívida subordinada	-	-	-	366.859.581	366.859.581
Outros passivos financeiros	-	-	-	10.952.577	10.952.577
Total Passivos financeiros		93.828	93.828	522.734.242	522.828.070

Receitas e despesas dos instrumentos financeiros⁽¹⁾

	31/03/2023					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	639.737	1.975.520	13.088.977	-	-	15.704.234
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	11.578.390	-	-	11.578.390
Resultado com títulos e valores mobiliários	639.737	1.975.520	1.251.438	-	-	3.866.695
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	1.096.447	-	-	1.096.447
Títulos públicos	382.154	1.974.915	-	-	-	2.357.069
Debêntures	338.455	-	44.724	-	-	383.179
Títulos de renda fixa no exterior	(80.872)	605	110.267	-	-	30.000
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	259.149	-	-	259.149
Despesas de intermediação financeira	(999.107)	970.016	51.439	(2.800.441)	(9.348.079)	(12.126.172)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(9.348.079)	(9.348.079)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	970.016	-	(2.800.441)	-	(1.830.425)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(999.107)	-	(24.385)	-	-	(1.023.492)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	75.824	-	-	75.824
Resultado bruto da intermediação financeira	(359.370)	2.945.536	13.140.416	(2.800.441)	(9.348.079)	3.578.062
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	50.354	-	(322.258)	(271.904)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	2.408.608	-	-	-	-	2.408.608
Resultado de derivativos - renda variável	-	1.653	-	(148.598)	-	(146.945)
Resultado com fundos de investimento	19.559	37.449	-	-	-	57.008

⁽¹⁾ Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

	31/03/2022					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	(78.798)	1.245.422	7.477.101	-	-	8.643.725
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	4.808.367	-	-	4.808.367
Resultado com títulos e valores mobiliários	(78.798)	1.245.422	2.409.461	-	-	3.576.085
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	1.585	2.262.570	-	-	2.264.155
Títulos públicos	535.750	1.430.985	-	-	-	1.966.735
Debêntures	244.208	11.997	67.027	-	-	323.232
Fundos mútuos de investimentos	-	(199.907)	-	-	-	(199.907)
Títulos de renda fixa no exterior	(858.756)	762	79.864	-	-	(778.130)
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	259.273	-	-	259.273
Despesas de intermediação financeira	(53.603)	(3.767.072)	(2.935.630)	316.041	574.762	(5.865.502)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	574.762	574.762
Resultado de derivativos - renda fixa	-	(3.767.072)	-	316.041	-	(3.451.031)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(53.603)	-	(2.684.842)	-	-	(2.738.445)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(250.788)	-	-	(250.788)
Resultado bruto da intermediação financeira	(132.401)	(2.521.650)	4.541.471	316.041	574.762	2.778.223
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	176.587	-	-	176.587
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	3.187.909	-	-	-	-	3.187.909
Resultado de derivativos - renda variável	-	90.240	-	-	-	90.240
Resultado com fundos de investimento	38.293	10.295	-	-	-	48.588
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	8.824.107	-	-	-	-	8.824.107

⁽¹⁾ Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/03/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	31.211.942	31.211.942	24.532.848	24.532.848
Títulos públicos	43.934	43.934	50.491	50.491
Debêntures ⁽¹⁾	1.643.053	1.458.552	1.640.435	1.462.971
Títulos de renda fixa no exterior ⁽²⁾	4.021.365	4.003.618	7.673.956	7.629.810
Operações de crédito e repasses interfinanceiros ⁽³⁾	478.178.976	387.640.929	481.390.441	388.020.660
Outros ativos financeiros	5.306.270	5.306.270	5.693.986	6.079.230
Total	520.405.540	429.665.245	520.982.157	427.776.010
Passivos financeiros				
Obrigações por depósitos	5.982.028	5.982.028	6.212.638	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	35.347.038	35.347.038	36.452.105	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures	702.904	702.904	749.341	749.341
Obrigações por empréstimos e repasses	87.981.778	87.981.778	91.241.940	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.848.514	9.848.514	9.681.706	9.681.706
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	662.307	662.307	584.354	584.354
Dívida subordinada	373.533.159	373.533.159	366.859.581	366.859.581
Outros passivos financeiros	11.044.334	11.044.334	10.952.577	10.952.577
Total	525.102.062	525.102.062	522.734.242	522.734.242

(1) Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

(2) Valor justo estimado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

(3) Valor justo estimado no nível 3 de hierarquia de valor justo.

Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3. Instrumentos financeiros por níveis de hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, o Sistema BNDES leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos. Para detalhes sobre política de classificação por nível vide Nota Explicativa nº 32.1.6.

	31/03/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.718.078	-	12.718.078
Títulos públicos	58.793.008	-	-	58.793.008
Títulos de renda fixa no exterior	35.200	-	-	35.200
Fundos mútuos de investimentos	144.989	-	1.396.850	1.541.839
Derivativos	-	946.905	30	946.935
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	16.218.825	-	-	16.218.825
Ações	48.505.216	161.664	3.115.156	51.782.036
Debêntures	3.699.844	284.410	3.530.945	7.515.199
Fundos mútuos de investimentos	-	-	2.289.630	2.289.630
Títulos de renda fixa no exterior	4.746.097	-	-	4.746.097
Total Ativos financeiros	132.143.179	14.111.057	10.332.611	156.586.847

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.075.505	-	11.075.505
Títulos públicos	53.419.848	-	-	53.419.848
Títulos de renda fixa no exterior	49.038	-	-	49.038
Fundos mútuos de investimentos	157.934	-	1.507.677	1.665.611
Derivativos	-	1.170.759	146.995	1.317.754
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	17.724.418	-	-	17.724.418
Ações	53.147.895	183.357	3.408.593	56.739.845
Debêntures	3.400.478	226.866	3.811.857	7.439.201
Fundos mútuos de investimentos	-	-	2.343.818	2.343.818
Títulos de renda fixa no exterior	4.733.134	-	-	4.733.134
Total Ativos financeiros	132.632.745	12.656.487	11.218.940	156.508.172
Passivos financeiros				
Derivativos	-	93.828	-	93.828
Total Passivos financeiros	-	93.828	-	93.828

Com relação às Ações, que representam o ativo financeiro de maior relevância, durante o trimestre findo em 31 de março de 2023 não houve reclassificação de entre os Níveis 1 e 2 de hierarquia valor justo. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 o BNDES reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 da hierarquia de valor justo ativo que apresentara baixa liquidez, cujo valor em 31 de março de 2022 era de R\$ 162.906.

A necessidade de reclassificação entre os Níveis 1 e 2 é verificada no encerramento de cada trimestre, quando é realizada a análise para identificar empresas listadas com baixa liquidez.

Conciliação de Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros do nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2023					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.507.677	146.995	3.811.857	3.408.593	2.343.818	11.218.940
Transferências do Nível 3	-	-	(356.411)	-	-	(356.411)
Transferências para Nível 3	-	-	6.855	-	-	6.855
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do período	50.395	(146.965)	-	-	-	(96.570)
Outros resultados abrangentes	-	-	68.644	(293.437)	(21.167)	(245.960)
Aquisições	-	-	-	-	31.336	31.336
Alienações/resgates/amortizações	(161.222)	-	-	-	(64.357)	(225.579)
Saldo no final do período	1.396.850	30	3.530.945	3.115.156	2.289.630	10.332.611

	31/03/2022					
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	
Saldo no início do exercício	-	1.466.089	680.561	2.071.532	4.706.932	10.727.638
Transferências do Nível 3	-	-	(533.726)	(396.038)	-	(929.764)
Transferências para Nível 3	-	-	-	15.732	-	15.732
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do período	-	9.291	-	-	-	9.291
Outros resultados abrangentes	-	-	-	43.126	89.924	133.050
Aquisições	-	-	173	-	-	173
Alienações/resgates/amortizações	-	(109.582)	-	-	-	(109.582)
Saldo no final do período	-	1.365.798	147.008	1.734.352	4.796.856	9.910.458

4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

As tabelas a seguir apresentam as exposições cambiais de ativos e passivos financeiros.

	31/03/2023				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	42.684.776	1.245.244	-	-	43.930.020
Títulos e valores mobiliários	143.884.082	4.746.104	-	-	148.630.186
Derivativos	1.912	945.023	-	-	946.935
Operações de crédito e repasses e líquidas de provisão	431.326.978	46.023.677	46.992	781.329	478.178.976
Outros ativos financeiros	4.206.333	1.099.937	-	-	5.306.270
Total Ativos financeiros	622.104.081	54.059.985	46.992	781.329	676.992.387
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	5.982.028	-	-	-	5.982.028
Obrigações por operações compromissadas	35.347.038	-	-	-	35.347.038
Obrigações por emissão de debêntures	702.904	-	-	-	702.904
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	662.307	-	-	-	662.307
Obrigações por empréstimos e repasses	39.967.680	48.014.098	-	-	87.981.778
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.848.514	-	-	-	9.848.514
Dívida subordinada	348.182.614	25.303.681	46.864	-	373.533.159
Outros passivos financeiros	11.044.334	-	-	-	11.044.334
Total Passivos financeiros	451.737.419	73.317.779	46.864	-	525.102.062
Exposição líquida	170.366.662	(19.257.794)	128	781.329	151.890.325

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

	31/12/2022				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	34.516.092	1.092.261	-	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários	148.746.653	4.733.142	-	-	153.479.795
Derivativos	242.687	1.075.067	-	-	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	429.355.393	51.127.208	41.013	866.827	481.390.441
Outros ativos financeiros	4.454.447	1.239.539	-	-	5.693.986
Total Ativos financeiros	617.315.272	59.267.217	41.013	866.827	677.490.329
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	6.212.638	-	-	-	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	36.452.105	-	-	-	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures	749.341	-	-	-	749.341
Derivativos	93.828	-	-	-	93.828
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	584.354	-	-	-	584.354
Obrigações por empréstimos e repasses	40.849.411	50.392.529	-	-	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.681.706	-	-	-	9.681.706
Dívida subordinada	340.317.544	26.501.091	40.946	-	366.859.581
Outros passivos financeiros	10.952.577	-	-	-	10.952.577
Total Passivos financeiros	445.893.504	76.893.620	40.946	-	522.828.070
Exposição líquida	171.421.768	(17.626.403)	67	866.827	154.662.259

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

4.5. Risco de liquidez

Ativos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros por período de vencimento.

31/03/2023									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	43.930.020	-	-	-	-	-	43.930.020
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	62.579.439	5.103.433	1.614.876	2.068.417	-	3.689.602	75.055.767
Ações	51.782.036	-	-	-	-	-	-	-	51.782.036
Debêntures	-	-	8.646	482.586	579.417	1.132.637	3.443.037	3.511.929	9.158.252
Fundos mútuos de investimentos	2.289.630	-	1.541.839	-	-	-	-	-	3.831.469
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	2.997.162	383.354	-	792.774	912.444	3.716.928	8.802.662,00
Derivativos	-	-	173.881	30	1.882	-	-	771.142	946.935
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	5.023.549	69.195.802	55.453.859	48.200.316	81.825.346	105.514.704	112.965.400	478.178.976
Outros ativos financeiros	832.693	-	3.315.596	1.157.981	-	-	-	-	5.306.270
Total	54.904.359	5.023.549	183.742.385	62.581.243	50.396.491	85.819.174	109.870.185	124.655.001	676.992.387

31/12/2022									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	35.608.353	-	-	-	-	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	58.781.504	3.029.110	3.904.992	1.815.895	-	3.663.256	71.194.757
Ações	56.739.845	-	-	-	-	-	-	-	56.739.845
Debêntures	-	-	9.680	374.117	678.369	1.167.862	3.313.641	3.535.967	9.079.636
Fundos mútuos de investimentos	2.343.818	-	1.665.611	-	-	-	-	-	4.009.429
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	4.659.119	2.413.155	-	518.936	1.163.108	3.701.810	12.456.128
Derivativos	-	-	268.769	22	1.999	-	-	1.046.964	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	5.244.376	68.607.449	56.860.701	47.187.599	78.857.359	109.235.408	115.397.549	481.390.441
Outros ativos financeiros	802.422	-	3.732.941	1.158.623	-	-	-	-	5.693.986
Total	59.886.085	5.244.376	173.333.426	63.835.728	51.772.959	82.360.052	113.712.157	127.345.546	677.490.329

Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, por período de vencimento.

31/03/2023							
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	887.584	1.111.786	1.013.972	1.718.768	2.558.087	1.373.625
Obrigações por emissão de debêntures – Emissões privadas	-	169.913	194.827	165.785	201.528	62.349	-
Derivativos	-	(171.497)	(185.120)	(177.557)	(330.024)	(656.539)	(600.317)
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	662.308	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
País	-	380.019	493.218	473.803	529.222	345.426	270.874
Exterior	-	5.887.353	2.594.488	-	-	-	-
Repasses	-	-	-	-	-	-	-
País	-	5.993.892	4.139.819	4.066.107	7.867.711	18.141.838	24.502.854
Exterior	-	3.314.170	2.739.253	2.631.926	4.592.984	5.993.961	4.383.069
Dívida subordinada	368.529.311	15.862.924	31.213.788	35.453.167	81.273.294	245.667.113	460.335.554
Outros passivos financeiros	-	82.044	106.657	106.657	213.313	533.283	-
Total	368.529.311	33.068.710	42.408.716	43.733.860	96.066.797	272.645.517	490.265.659

	31/12/2022						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	1.153.167	955.319	793.855	1.247.364	1.875.457	1.083.235
Obrigações por emissão de debêntures							
Debêntures							
Emissões privadas	-	263.412	199.589	169.705	228.709	72.807	-
Letras financeiras	-	1.159.917	-	-	-	-	-
Derivativos	-	(76.636)	(137.194)	(131.607)	(246.202)	(494.039)	(473.570)
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	436.195	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	517.973	499.471	480.126	630.149	355.158	293.309
Exterior	-	6.403.494	2.808.951	-	-	-	-
Repasses							
País	-	12.782.117	9.366.488	8.941.011	17.551.915	42.063.772	68.291.754
Exterior	-	2.473.461	2.295.816	2.250.975	3.761.735	5.108.873	3.348.138
Dívida subordinada	355.915.812	14.204.068	17.249.349	21.523.265	53.174.381	74.604.666	351.301.754
Outros passivos financeiros	-	98.756	98.756	98.756	197.512	493.781	30.387
Total	355.915.812	39.415.924	33.336.545	34.126.086	76.545.563	124.080.475	423.875.007

4.6. Concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros com exposição ao risco de crédito por setor de atividade econômica.

	31/03/2023						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	43.930.020	-	43.930.020
Títulos e valores mobiliários	76.732.227	-	3.238.468	31.113	8.767.462	4.247.411	93.016.681
Derivativos	-	-	-	-	945.023	1.912	946.935
Operações de crédito e repasses	108.478.198	2.218.578	157.234.712	1.266.236	123.419.484	85.561.768	478.178.976
Outros ativos financeiros	832.693	-	-	-	-	4.473.577	5.306.270
Total	186.043.118	2.218.578	160.473.180	1.297.349	177.061.989	94.284.668	621.378.882

	31/12/2022						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	35.608.353	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários	72.964.985	-	3.192.394	30.909	12.407.090	4.135.143	92.730.521
Derivativos	-	-	-	-	1.168.897	148.857	1.317.754
Operações de crédito e repasses	109.950.832	2.905.881	158.744.909	2.159.197	123.411.941	84.217.681	481.390.441
Outros ativos financeiros	1.578.895	-	-	-	-	4.115.091	5.693.986
Total	184.494.712	2.905.881	161.937.303	2.190.106	172.596.281	92.616.772	616.741.055

⁽¹⁾ Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota explicativa nº 6.1.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidades	291.243	134.342
Aplicações interfinanceiras de liquidez	43.638.777	35.474.011
Aplicações em operações compromissadas	42.719.575	34.565.519
Aplicações em moedas estrangeiras	919.202	908.492
Total	43.930.020	35.608.353

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	31/03/2023	31/12/2022
Operações de crédito	304.942.021	310.790.543
Repasse interfinanceiros	181.582.755	178.817.747
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	548.812	551.676
Direitos recebíveis	4.726.180	4.666.162
Provisão para perdas de crédito	(13.620.792)	(13.435.687)
Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros	478.178.976	481.390.441
Debêntures	1.647.892	1.645.541
Provisão para perdas de crédito	(4.839)	(5.106)
Subtotal títulos e valores mobiliários	1.643.053	1.640.435
Total de operações da carteira de crédito	479.822.029	483.030.876
Circulante	74.219.351	73.851.826
Não circulante	405.602.678	409.179.050

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração dos ativos da carteira de crédito, bem como da provisão para perdas de crédito, seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cujo detalhamento pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 32.1.

As informações sobre a política e a gestão de riscos da carteira de crédito do BNDES são encontradas na Nota Explicativa nº 25.

6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Composição

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo Bruto	304.942.021	310.790.543
Provisão para perdas de crédito	(9.262.424)	(9.344.482)
Total	295.679.597	301.446.061
Circulante	30.356.385	30.617.917
Não circulante	265.323.212	270.828.144

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

Composição

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo bruto	181.582.755	178.817.747
Provisão para perdas de crédito	(298.515)	(325.790)
Total	181.284.240	178.491.957
Circulante	43.051.647	41.872.349
Não circulante	138.232.593	136.619.608

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	31/03/2023				31/12/2022			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.248.389	5,3%	23.625.034	13,0%	16.309.614	5,2%	23.273.609	13,0%
10 seguintes maiores clientes	60.625.775	19,9%	111.210.884	61,2%	61.545.227	19,8%	109.232.918	61,1%
20 seguintes maiores clientes	52.924.361	17,4%	41.873.014	23,1%	54.731.154	17,6%	41.493.137	23,2%
50 seguintes maiores clientes	64.063.106	21,0%	4.873.823	2,7%	66.868.317	21,5%	4.818.083	2,7%
100 seguintes maiores clientes	48.590.372	15,9%	-	-	50.600.805	16,3%	-	-
Demais clientes	62.490.018	20,5%	-	-	60.735.426	19,6%	-	-
Total	304.942.021	100,0%	181.582.755	100,0%	310.790.543	100,0%	178.817.747	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico, segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

Composição

	31/03/2023	31/12/2022
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	548.812	551.676
Provisão para perdas de crédito	(108.678)	(65.326)
	440.134	486.350
Direitos recebíveis	4.726.180	4.666.162
Provisão para perdas de crédito	(3.951.175)	(3.700.089)
	775.005	966.073
Total	1.215.139	1.452.423
Circulante	811.319	1.361.559
Não circulante	403.820	90.864

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

Composição

	31/03/2023	31/12/2022
Setor Privado	642.807	630.293
Setor Público	1.005.085	1.015.248
Provisão para perdas de crédito	(4.839)	(5.106)
Total	1.643.053	1.640.435
Circulante	-	-
Não circulante	1.643.053	1.640.435

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

	31/03/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	1.947.713	124.044	7.272.725	9.344.482
Constituição/ (reversão) líquida	135.148	555.666	(690.181)	633
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(236.531)	233.003	3.528	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(82.691)	(82.691)
Saldo no final do período	1.846.330	912.713	6.503.381	9.262.424
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	324.943	-	847	325.790
Constituição/ (reversão) líquida	(27.214)	-	(61)	(27.275)
Baixas por desconhecimento	-	-	-	-
Saldo no final do período	297.729	-	786	298.515
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	386	-	64.940	65.326
Constituição/ (reversão) líquida	59	-	43.293	43.352
Saldo no final do período	445	-	108.233	108.678
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	577	-	3.699.512	3.700.089
Constituição/ (reversão) líquida	(16)	-	251.102	251.086
Saldo no final do período	561	-	3.950.614	3.951.175
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	5.106	-	-	5.106
Constituição/ (reversão) líquida	(267)	-	-	(267)
Saldo no final do período	4.839	-	-	4.839
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	94.512	24.113	182.580	301.205
Constituição/ (reversão) líquida	63.044	(3.303)	934.019	993.760
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(22.045)	22.045	-	-
Saldo no final do período	135.511	42.855	1.116.599	1.294.965
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	2.804	-	-	2.804
Constituição/ (reversão) líquida	(1.993)	-	-	(1.993)
Saldo no final do período	811	-	-	811
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	435	-	-	435
Constituição/ (reversão) líquida	5.347	-	-	5.347
Saldo no final do período	5.782	-	-	5.782
Total de provisão sobre ativos financeiros				
Saldo no início do exercício	2.376.476	148.157	11.220.604	13.745.237
Constituição/ (reversão) líquida	174.108	552.363	538.172	1.264.643
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(258.576)	255.048	3.528	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(82.691)	(82.691)
Saldo no final do período	2.292.008	955.568	11.679.613	14.927.189
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				176.813
Constituição/ (reversão) líquida				22.230
Saldo no final do período				199.043

⁽¹⁾ Movimentação pelos saldos iniciais das operações.

O BNDES efetuou a revisão da estimativa referente ao critério de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito para a data-base de 31 de dezembro de 2022, prospectivamente, conforme Nota Explicativa nº 32.17.

	31/03/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	1.034.273	675.820	8.320.904	10.030.997
Constituição/ (reversão) líquida	520.953	793.292	525.957	1.840.202
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	33.912	(82.536)	(15.750)	(64.374)
Baixas por desconhecimento	-	-	(25.060)	(25.060)
Saldo no final do período	1.589.138	1.386.576	8.806.051	11.781.765
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	137.444	48.510	778	186.732
Constituição/ (reversão) líquida	(32.047)	38.505	-	6.458
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	29.885	879.490	-	909.375
Saldo no final do período	135.282	966.505	778	1.102.565
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	355	-	99.433	99.788
Constituição/ (reversão) líquida	385	-	3.124	3.509
Saldo no final do período	740	-	102.557	103.297
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	155	1.563	885.615	887.333
Constituição/ (reversão) líquida	346	(1.383)	26.224	25.187
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	195	(43)	-	152
Baixas por desconhecimento	-	-	(4)	(4)
Saldo no final do período	696	137	911.835	912.668
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	6.701	1.130	-	7.831
Constituição/ (reversão) líquida	5.182	1.202	-	6.384
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	3	(14)	-	(11)
Saldo no final do período	11.886	2.318	-	14.204
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	27.859	5.888	-	33.747
Constituição/ (reversão) líquida	33.838	-	-	33.838
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	25.499	(5.888)	-	19.611
Saldo no final do período	87.196	-	-	87.196
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	416	-	-	416
Constituição/ (reversão) líquida	971	-	-	971
Saldo no final do período	1.387	-	-	1.387
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	314	-	-	314
Constituição/ (reversão) líquida	154	-	-	154
Saldo no final do período	468	-	-	468
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				89.288
Constituição/ (reversão) líquida				88.818
Saldo no final do período				178.106

⁽¹⁾ Movimentação pelos saldos de provisão em cada estágio.

Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	31/03/2023	31/03/2022
Reversão (constituição) líquida:	(1.286.873)	(2.871.438)
Operações de crédito	(633)	(1.776.992)
Repasse interfinanceiros	27.275	(915.833)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(43.352)	(3.509)
Direitos recebíveis	(251.086)	(25.339)
Debêntures	(993.493)	(59.822)
Títulos de renda fixa no exterior	(3.354)	(1.125)
Compromissos de crédito	(22.230)	(88.818)
Recuperação de valores anteriormente baixados	263.381	132.993
Receita (despesa) líquida no período	(1.023.492)	(2.738.445)

6.5. Créditos renegociados e recuperados

	31/03/2023	31/03/2022
Créditos transferidos para prejuízo	82.691	25.064
Créditos recuperados	263.381	132.993
Créditos renegociados	99.169	163.939

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES.

	31/03/2023				31/12/2022			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)			Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)		
Títulos públicos	58.793.008	16.218.825	43.934	75.055.767	53.419.848	17.724.418	50.491	71.194.757
Ações não coligadas	-	51.782.036	-	51.782.036	-	56.739.845	-	56.739.845
Debêntures ⁽¹⁾	-	7.515.199	1.643.053	9.158.252	-	7.439.201	1.640.435	9.079.636
Fundos mútuos de investimento	1.541.839	2.289.630	-	3.831.469	1.665.611	2.343.818	-	4.009.429
Títulos de renda fixa no exterior ⁽¹⁾	35.200	4.746.097	4.021.365	8.802.662	49.038	4.733.134	7.673.956	12.456.128
Total	60.370.047	82.551.787	5.708.352	148.630.186	55.134.497	88.980.416	9.364.882	153.479.795

⁽¹⁾ Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

7.1. Títulos Públicos

	31/03/2023				31/12/2022			
	VJR	VJORA	CA	Total	VJR	VJORA	CA	Total
Carteira própria	39.080.853	11.033.230	43.934	50.158.017	32.223.843	10.338.181	50.491	42.612.515
Vinculados a compromissos de recompra	18.698.314	3.297.246	-	21.995.560	20.214.030	5.477.399	-	25.691.429
Vinculados à prestação de garantias	1.013.841	1.888.349	-	2.902.190	981.975	1.908.838	-	2.890.813
Total	58.793.008	16.218.825	43.934	75.055.767	53.419.848	17.724.418	50.491	71.194.757
Circulante				62.579.439				58.781.504
Não circulante				12.476.328				12.413.253

7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração das ações não coligadas seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 9 e IFRS 7. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 32.1.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*units*) classificados na categoria VJORA.

Empresas investidas	31/03/2023			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	31/03/2023	31/12/2022
	Ordinárias	Preferenciais			
Nível 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	7,94	24.498.954	25.472.285
JBS	461.661	-	20,81	8.328.366	10.110.378
ELETRONBRAS ⁽²⁾	146.502	36.954	7,97	6.252.198	7.780.344
COPEL – UNITS	131.162	524.646	23,96	4.479.167	5.028.734
ENERGISA – UNITS	46.430	185.718	11,38	1.879.469	2.059.616
CEMIG	82.008	-	3,73	1.396.593	1.320.325
EMBRAER	39.762	-	5,37	830.638	568.206
BRASIL ENERGIA S.A.	42.030	-	6,98	420.303	392.274
COPASA	13.160	-	3,46	206.210	207.000
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,66	137.024	128.493
Subtotal Nível 1				48.428.922	53.067.655
Outras empresas - Nível 1				76.294	80.240
Total Nível 1				48.505.216	53.147.895
Nível 2				161.664	183.357
Nível 3				3.115.156	3.408.593
TOTAL				51.782.036	56.739.845
Circulante ⁽³⁾				-	7.380.000
Não circulante				51.782.036	49.359.845

⁽¹⁾ Do total da participação de 7,94%, 1,04% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.249 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as 135.248 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na B3.

⁽²⁾ Do total da participação de 7,97%, 4,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 3,94% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽³⁾ Ações reclassificadas para o Ativo Não Circulante em 31/03/2023, dado a atual ausência de perspectiva de alienação no curto prazo.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 32.1.6.

7.2.1. Resultados com alienação de investimentos em ações não coligadas

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas e do custo de aquisição das ações vendidas.

No trimestre findo em 31 de março de 2023, não houve venda de ações classificadas como VJORA.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor total de R\$ 827.510, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 520.146. A operação de alienação com valor mais relevante realizada foi a alienação pela subsidiária BNDESPAR da totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17.700 mil ações que correspondem a 0,24% do capital social votante da Petrobras. A operação gerou um ganho bruto de R\$ 443.505. A participação do Sistema BNDES no capital social total da Petrobras foi reduzida de 8,07% para 7,93% do capital total da Companhia investida.

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

7.2.2. Receita de Dividendos e JCP de investimentos em ações não coligadas

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referente aos valores mais relevantes das empresas listadas em bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado.

Empresas investidas	31/03/2023			31/03/2022		
	Dividendos	JSCP	Total	Dividendos	JSCP	Total
Petrobras	2.327.365	-	2.327.365	2.962.527	-	2.962.527
Energisa	37.144	-	37.144	-	-	-
Cemig	9.273	15.810	25.083	-	9.131	9.131
Copasa	-	13.082	13.082	-	1.175	1.175
Eletrobras	-	-	-	210.022	-	210.022
Subtotal	2.373.782	28.892	2.402.674	3.172.549	10.306	3.182.855
Outras empresas	4.730	1.204	5.934	5.054	-	5.054
Total	2.378.512	30.096	2.408.608	3.177.603	10.306	3.187.909

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na linha "Outros ativos financeiros ao custo amortizado" do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.2.

7.3. Debêntures

	31/03/2023			31/12/2022		
	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total
Setor Privado	7.264.836	640.920	7.905.756	7.149.914	628.337	7.778.251
Setor Público	250.363	1.002.133	1.252.496	289.287	1.012.098	1.301.385
Total	7.515.199	1.643.053	9.158.252	7.439.201	1.640.435	9.079.636
Circulante			8.646			9.680
Não circulante			9.149.606			9.069.956

⁽¹⁾ As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6.3.

7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	31/03/2023	31/12/2022
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	366.317	366.553
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	334.653	357.555
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	247.817	254.130
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	247.510	244.375
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	231.093	206.968
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	222.274	262.208
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	214.180	214.770
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	202.809	202.240
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	197.765	190.376
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	148.067	129.353
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	138.665	134.747
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	121.519	121.163
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	107.687	110.353
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR	Banco do Nordeste do Brasil S. A. - BNB	87.550	95.367
PERFORMA KEY DE INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE FIP	Lions Trust Administradora de Recursos S.A.	83.099	81.404
CRIATEC II FIP	Lions Trust Adm de Recursos Ltda.	79.545	75.740
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	79.213	96.398
Subtotal		3.109.763	3.143.700
Outros		721.706	865.729
Total		3.831.469	4.009.429
Circulante		1.541.839	1.665.611
Não circulante		2.289.630	2.343.818

7.5. Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 32.1.4.

7.5.1. Composição

	Vencimentos	31/03/2023		31/12/2022	
		Valor de referência	Valor de mercado	Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo (Passivo)
Contratos swap					
Taxas de juros em US\$:					
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	257.691	945.023	-	1.075.067 -
Subtotal		257.691	945.023	-	1.075.067 -
Contratos futuro ⁽¹⁾					
DI (posição comprada)	jul/23	247.106	-	-	- -
DI (posição vendida)	jul/23 a jan/31	(47.924.574)	-	-	- -
USD (posição comprada)	mai/23	2.725.635	-	-	- -
USD (posição vendida)	abr/23	(891.610)	-	-	- -
DDI (posição comprada)	abr/23 a jan/31	20.079.412	-	-	- -
DAP (posição vendida)	mai/23 a mai/35	7.193.716	-	-	- -
Subtotal		(18.570.315)	-	-	- -
Contratos a termo					
Títulos públicos	jan/23		-	-	93.830 (93.828)
Subtotal			-	-	93.830 (93.828)
Opções					
Precificação					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Proporção do <i>Valuation/DCF</i> e <i>Black-Scholes</i>		1.912	-	148.857 -
Subtotal			1.912	-	148.857 -
Total			946.935	-	1.317.754 (93.828)
Circulante			173.881	-	268.769 (93.828)
Não circulante			773.054	-	1.048.985 -

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de março de 2023. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 1.035,06 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de março de 2023, o BNDES não possuía títulos públicos dados em garantia a essas operações e houve recebimento do valor de R\$ 345.041 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 565.450 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado na rubrica “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante na rubrica “Obrigações por depósitos” (vide Nota Explicativa nº 12.2.).

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2022.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 1.020,91 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2022, o BNDES não possuía títulos públicos dados em garantia a essas operações e houve recebimento do valor de R\$ 369.009 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 616.883 em operações de DI para garantia destas operações de swap, registrado como "Depósitos Interfinanceiros" no Passivo Circulante, na rubrica "Obrigações por depósitos" (vide Nota Explicativa nº 12.2).

7.5.2. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	31/03/2023	31/03/2022
Swap	(130.046)	315.739
Futuro	(1.700.378)	(3.767.072)
Termo	(1)	302
Resultado de derivativos - renda fixa	(1.830.425)	(3.451.031)
Opções	(146.945)	90.240
Resultado de derivativos - renda variável	(146.945)	90.240
Resultado líquido	(1.977.370)	(3.360.791)

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2023	31/12/2022
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	-	776.473
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	832.693	802.422
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	2.558.742	1.889.794
Devedores por depósito em garantia	865.558	835.199
Cessão de direito de capitalização	413.834	430.503
Pagamentos a ressarcir	168.480	320.647
Diversos	466.963	638.948
Total	5.306.270	5.693.986
Circulante	3.315.596	3.732.941
Não circulante	1.990.674	1.961.045

8.1. Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorreu entre março de 2020 e fevereiro de 2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno foi de 9,34%.

O saldo em 31 de março de 2023 é zero, após o vencimento da última parcela em fevereiro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R\$ 776.473, registrado no circulante.

8.2. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	31/03/2023	31/12/2022
Ações não coligadas		
Dividendos	2.341.088	1.656.932
Juros sobre capital próprio	180.484	222.410
Coligadas		
Dividendos	19.422	-
Juros sobre capital próprio	17.748	10.452
Total	2.558.742	1.889.794
Circulante	2.558.742	1.889.794

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa” em conformidade com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 32.2.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas em 31 de março de 2023.

31/03/2023 ⁽¹⁾						31/12/2022 ⁽¹⁾		
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
	Ordinárias	Total	Votante					
Tupy	40.645	28,20%	28,20%	843.651	-	843.651	869.481	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	313.704	-	313.704	320.583	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
Iguá	56.335	13,21%	13,21%	294.085	-	294.085	310.599	Saneamento
CTC	60.902	18,99%	18,99%	305.917	-	305.917	305.210	Biotechnologia
Subtotal				1.757.357	-	1.757.357	1.805.873	
Outros				413.131	(274.060)	139.071	141.553	
Total Coligadas				2.170.488	(274.060)	1.896.428	1.947.426	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/01/2023 (31/10/2022 para cálculo da equivalência em 31/12/2022).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

Em 1º de janeiro de 2023 se encerrou a vigência do Acordo de Acionistas do qual a BNDESPAR era signatária referente ao seu investimento na Tupy. Como a BNDESPAR é o maior acionista individual, o ativo continua sendo tratado como uma Companhia coligada. A Administração concluirá acerca da manutenção ou não de influência significativa por parte da BNDESPAR ao longo de 2023.

JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa

Em 16 de fevereiro de 2022, a BNDESPAR alienou 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896. Na data da venda, a participação da BNDESPAR na JBS foi reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da investida, passando a deter 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A. O valor baixado do ativo em decorrência da alienação (R\$ 949.472) estava apresentado no grupo de Ativo Mantido para Venda desde 31 de dezembro de 2021. Tal operação gerou um lucro de R\$ 1.129.105 (sem considerar os efeitos fiscais) no trimestre findo em 31 de março de 2022, e considera realização do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas até então reconhecido no patrimônio líquido (R\$ 210.681), apresentado na rubrica “Resultado com alienações de títulos de renda variável”.

Considerando a redução da participação no capital da JBS para menos de 20% em 16 de fevereiro de 2022, aliada a inexistência de acordo de acionistas vigente que permitissem a BNDESPAR vetar matérias relevantes ou participar na definição de políticas operacionais e financeiras da investida, a Administração entendeu que a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na JBS, passando a tratar o investimento na JBS como instrumento financeiro. Portanto, a partir de 31 março de 2022, o investimento na BNDESPAR na JBS passou a ser apresentado no grupo de Títulos e Valores Mobiliários – VJORA, sendo mensurado pelo seu valor justo. Tal operação gerou um ganho sem realização financeira para a BNDESPAR de R\$ 8.824.107, incluído na linha “Outras rendas (despesas) com participações acionárias” da demonstração do resultado, sendo: (i) R\$ 6.590.434 decorrente da mensuração inicial do investimento na JBS pelo seu valor justo e (ii) R\$ 2.233.673 decorrente da transferência para do resultado do saldo de Outros Resultados Abrangentes Reflexo de coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido. O ligeiro aumento no percentual de participação da BNDESPAR ocorrido ao longo de 2022 decorreu do cancelamento de ações da JBS mantidas em tesouraria por esta empresa, não representa alteração na forma de atuação da BNDESPAR e não altera a avaliação da Administração de inexistência de influência significativa. Para o primeiro trimestre de 2023, não houve alteração de avaliação de influência para a JBS.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas e ativos mantidos para venda

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas para os períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022:

Coligadas	Saldo em 01/01/2023	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas	Saldo em 31/03/2023
Tupy	869.481	(30.096)	1.671	2.595	843.651
CBO Holding	320.583	-	(449)	(6.430)	313.704
Iguá	310.599	-	(16.514)	-	294.085
CTC	305.210	-	664	43	305.917
Subtotal	1.805.873	(30.096)	(14.628)	(3.792)	1.757.357
Outras coligadas	141.553	(5.747)	3.122	143	139.071
Total coligadas	1.947.426	(35.843)	(11.506)	(3.649)	1.896.428

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2022	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ⁽²⁾	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Transferência de coligada para TVM e/ou para Ativos Mantidos para Venda	Alienação	Saldo em 31/03/2022
Coligadas								
Tupy	780.705	-	304	(17.441)	-	-	-	763.568
Iguá	417.724	-	(45.824)	(11)	-	-	-	371.889
CBO Holding	305.044	-	24.844	(13.960)	-	-	-	315.928
CTC	333.935	-	(22.609)	10	-	-	-	311.336
JBS ⁽³⁾	8.766.691	-	789.614	288.396	-	(9.844.701)	-	-
Subtotal	10.604.099	-	746.329	256.994	-	(9.844.701)	-	1.762.721
Outras coligadas	331.444	(9.849)	(73.815)	177	9.462	(131.082)	(393)	125.944
Total coligadas	10.935.543	(9.849)	672.514	257.171	9.462	(9.975.783)	(393)	1.888.665
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾	949.472	-	-	-	-	131.082	(949.472)	131.082
Total	11.885.015	(9.849)	672.514	257.171	9.462	(9.844.701)	(949.865)	2.019.747

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária, e a baixa de ágio (este último apenas no trimestre findo em 31 de março de 2022).

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA em março de 2022, conforme detalhado na seção "JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa" da Nota Explicativa nº 9.

⁽⁴⁾ Em 31 de março de 2022 a Administração da BNDESPAR aprovou a venda do investimento mantido em determinada coligada, sendo essa operação considerada altamente provável de acordo com os critérios do IFRS 5 ("Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada"). Consequentemente, em 31 de março de 2022 o valor desse ativo (R\$ 131.082), cuja realização devia ocorrer pela sua venda foi transferido para o grupo de "Ativos Mantidos para Venda", tendo sido alienado em abril de 2022. Já a participação em coligada apresentada no grupo de Ativos Mantidos para Venda em 1 de janeiro de 2022 (R\$ 949.472) corresponde parte do investimento da BNDESPAR na JBS, e foi alienada em 16/02/2022 (vide mais detalhes no tópico anterior).

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	31/03/2023	31/12/2022
Tupy	ON	992.153	1.127.909

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das investidas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/01/2023 ⁽¹⁾					01/11/2022 a 31/01/2023 - três meses ⁽¹⁾				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	2.324.868	5.177.784	1.333.718	3.176.757	2.992.177	470.816	37.157	-	17.019	54.176
CBO Holding	5.894	1.661.245	5.570	-	1.661.569	24.004	(2.699)	(12.377)	219.247	204.171
Iguá	530.249	4.283.650	100.212	2.487.968	2.225.719	875	(124.984)	(124.984)	-	(249.968)
CTC	464.443	1.292.712	119.288	26.700	1.611.167	287.974	88.834	88.834	-	177.668
Total	3.325.454	12.415.391	1.558.788	5.691.425	8.490.632	783.669	(1.692)	(48.527)	236.266	186.047

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo a descoberto nas coligadas - Correspondente a participação da BNDESPAR ⁽¹⁾	(874.992)	(875.890)
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	(231)	(7.720)

⁽¹⁾ Apurado no investimento de coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante..

9.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No período findo em 31 de março de 2023, a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo identificado a necessidade de constituição ou reversão de provisão. A mesma análise realizada no trimestre findo em 31 de março de 2022 ocasionou reversão de provisão no montante de R\$ 9.462.

9.6. Resultado com alienação de investimentos em coligadas

No período findo em 31 de março de 2023 a subsidiária BNDESPAR apurou lucro de R\$ 314 referente alienação de participação societária em coligadas (R\$ 1.129.124 no período findo em 31 de março de 2022, sendo grande parte desse ganho, R\$ 1.129.105, decorre da alienação de ações da JBS, vide item “JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa”).

10. OUTROS ATIVOS

	31/03/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas	1.053.533	1.105.109
Incentivos fiscais	14.370	15.148
Outros investimentos	540	540
Outros valores e bens	1.311	1.278
Total	1.069.754	1.122.075
Circulante	1.054.844	1.106.387
Não circulante	14.910	15.688

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos		
País	2.236.372	2.362.764
Exterior	7.810.180	8.075.445
	10.046.552	10.438.209
Repasses		
País		
Tesouro nacional	37.209.886	38.372.505
Fundo Marinha Mercante	20.220.959	21.123.106
Outros	2.047.654	2.013.144
Exterior - Instituições multilaterais	18.456.727	19.294.976
	77.935.226	80.803.731
Total	87.981.778	91.241.940
Circulante	15.514.258	15.123.175
Não circulante	72.467.520	76.118.765

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras..

11.1. Composição

a) Empréstimos no país

	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.405.159	1.491.334
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	831.213	871.430
Total	2.236.372	2.362.764
Circulante	437.277	440.547
Não circulante	1.799.095	1.922.217

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.405.159 em 31 de março de 2023 – R\$ 370.615 no circulante e R\$ 1.034.544 no não circulante – (R\$ 1.491.334, sendo R\$ 371.720 no circulante e R\$ 1.119.614 no não circulante em 31 de dezembro de 2022) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior – Bonds

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	31/03/2023	31/12/2022
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ^{(2) (3)}	5,750%	Bank of New York	5.226.305	5.362.650
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.523.933	2.592.143
Juros provisionados				59.942	120.652
Total				7.810.180	8.075.445
Circulante				5.618.250	5.829.176
Não circulante				2.191.930	2.246.269

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	31/03/2023	31/12/2022
US\$	14,33	715.356	754.429
US\$ + 3,02%	16,11	4.314.072	4.569.036
SELIC	15,18	1.023.504	1.288.229
TJLP	17,96	30.474.317	31.006.580
TLP	17,97	480.555	512.442
Reais + 3,25%	0,76	12.935	9.578
Juros provisionados		189.147	232.211
Total		37.209.886	38.372.505
Circulante		4.068.182	4.216.153
Não circulante		33.141.704	34.156.352

Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de março de 2023, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 20.220.959 (R\$ 21.123.106 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 2.293.051 no circulante e R\$ 17.927.908 no

não circulante (R\$ 2.202.090 no circulante e R\$ 18.921.016 no não circulante em 31 de dezembro de 2022). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 76% em 31 de março de 2023 (79% em 31 de dezembro de 2022).

d) Repasses no exterior - Instituições multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	31/03/2023	31/12/2022
<i>Japan Bank for International Cooperation – JBIC</i> ⁽¹⁾	YEN/US\$	4,83	891.187	1.073.977
<i>Inter-American Development Bank - BID</i>	US\$	14,01	14.265.945	14.977.595
<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW</i>	US\$	8,05	2.514.294	2.582.244
<i>Agence Française de Développement - AFD</i>	US\$	3,68	465.139	477.709
Juros provisionados			320.162	183.451
Total			18.456.727	19.294.976
Circulante			3.092.757	2.435.209
Não circulante			15.363.970	16.859.767

⁽¹⁾ Em 20/12/2021 foi efetuado o pré-pagamento parcial da dívida com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 2,84% e 7,43% a.a. em 31 de março de 2023 e 2,02% e 7,43% em 31 de dezembro de 2022. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Taxas de captação:		
Até 3%	956.416	1.603.403
De 3,1 a 5%	1.071.626	1.209.289
De 5,1 a 7%	15.761.927	15.942.870
De 7,1 a 9%	346.596	355.963
Juros provisionados	320.162	183.451
Total	18.456.727	19.294.976

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW e *Agence Française de Développement* – AFD, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

11.2. Composição por vencimento

	31/03/2023			31/12/2022		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	6.803.251	8.711.007	15.514.258	6.858.790	8.264.385	15.123.175
Entre 1 e 2 anos	4.872.505	4.405.066	9.277.571	4.940.907	4.734.771	9.675.678
Entre 2 e 3 anos	4.728.454	1.722.371	6.450.825	4.770.637	2.142.155	6.912.792
Entre 3 e 5 anos	8.691.872	3.391.963	12.083.835	8.906.013	3.668.021	12.574.034
Entre 5 e 10 anos	18.110.434	4.048.852	22.159.286	18.420.558	4.478.906	22.899.464
Após 10 anos	18.508.355	3.987.648	22.496.003	19.974.614	4.082.183	24.056.797
Total	61.714.871	26.266.907	87.981.778	63.871.519	27.370.421	91.241.940

12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa nº 32.16.

12.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	31/03/2023	31/12/2022
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	343.245.254	334.993.599
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) ⁽¹⁾	25.284.057	26.450.298
	368.529.311	361.443.897
Juros provisionados	5.003.848	5.415.684
Total	373.533.159	366.859.581
Circulante	5.003.848	5.415.684
Não circulante	368.529.311	361.443.897

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

12.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

Obrigações por depósitos	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos especiais - FAT	5.377.863	5.563.559
Depósitos interfinanceiros	603.560	648.491
Depósitos diversos	605	588
Total	5.982.028	6.212.638
Circulante	1.323.110	1.470.458
Não circulante	4.658.918	4.742.180

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	31/03/2023	31/12/2022
Fomentar	1.615.100	1.670.703
Pronaf	2.837.552	2.936.611
Infraestrutura	925.211	956.245
Total	5.377.863	5.563.559
Circulante	718.945	821.379
Não circulante	4.658.918	4.742.180

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	31/03/2023												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	3.952	14.285	-	18.237	3.936	14.327	-	31.008	49.271	122.792	802.419	925.211
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	3.952	14.285	-	18.237	3.936	14.327	-	31.008	49.271	122.792	802.419	925.211
PRONAF:	-	2.356	7.607	60.564	70.527	(4.628)	9.980	59.575	104.658	169.585	38.429	2.799.123	2.837.552
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	2.356	7.607	60.564	70.527	(4.628)	9.980	59.575	104.658	169.585	38.429	2.799.123	2.837.552
FAT FOMENTAR:	-	1.832	776	42.873	45.481	2.060	823	38.125	60.077	101.085	41.872	1.573.228	1.615.100
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	1.720	18	40.874	42.612	1.937	25	36.403	55.456	93.821	38.995	1.459.935	1.498.930
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	112	758	1.999	2.869	123	798	1.722	4.621	7.264	2.877	113.293	116.170
Total	-	8.140	22.668	103.437	134.245	1.368	25.130	97.700	195.743	319.941	203.093	5.174.770	5.377.863

12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	31/03/2023			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	340.152.837	26.706.744	5.563.559	372.423.140
Ingresso de recursos	5.521.108	-	-	5.521.108
Variação cambial	-	(652.293)	-	(652.293)
Provisão de juros	6.041.364	137.033	-	6.178.397
Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	134.245	134.245
Capitalização de juros	2.216.600	-	-	2.216.600
Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(195.743)	(195.743)
Pagamento de juros	(6.590.234)	-	(124.198)	(6.714.432)
Movimentação cambial	770.394	(770.394)	-	-
Saldo no final do período	348.112.069	25.421.090	5.377.863	378.911.022

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	31/03/2023	31/12/2022
Letras do Tesouro Nacional – LTN	3.611.834	7.709.129
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.615.539	11.899.612
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	18.119.665	16.500.567
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	-	342.797
Total	35.347.038	36.452.105
Circulante	35.347.038	36.452.105

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	31/03/2023	31/12/2022
Fundo Amazônia (FA)	4.138.553	4.022.812
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.373.838	1.238.977
Fundo de Terras (FT)	964.134	958.412
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	2.420.410	2.365.201
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	666.172	819.698
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	277.064	268.365
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	5.919	5.650
Outros	2.424	2.591
Total	9.848.514	9.681.706
Circulante	8.990.296	9.034.316
Não circulante	858.218	647.390

15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	150.205	160.128
Juros provisionados (6% a.a.)	417	445
2ª série		
Principal corrigido (TR)	150.205	160.128
Juros provisionados (6% a.a.)	417	445
3ª série		
Principal corrigido (TR)	150.205	160.128
Juros provisionados (6% a.a.)	417	445
4ª série		
Principal corrigido (TR)	150.205	160.128
Juros provisionados (6% a.a.)	417	445
5ª série		
Principal corrigido (TR)	100.138	106.752
Juros provisionados (6% a.a.)	278	297
Total	702.904	749.341
Circulante	186.326	193.382
Não circulante	516.578	555.959

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações por depósitos a apropriar	327.114	502.176
Vinculadas ao Tesouro Nacional	73	91.192
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	10.236.232	9.913.974
Operações financeiras a liquidar	112.583	-
Arrendamento mercantil a pagar	53.575	51.668
Fornecedores	53.344	154.769
Compromissos de crédito a liberar - provisão	199.043	176.813
Garantias financeiras prestadas - provisão	6.992	4.981
Rendas antecipadas - garantias prestadas	27.487	29.178
Outras	27.891	27.826
Total	11.044.334	10.952.577
Circulante	10.772.321	10.677.132
Não circulante	272.013	275.445

16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos para liquidação de operações de crédito	175.958	273.876
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	91.400	87.830
Outros	59.756	140.470
Total	327.114	502.176
Circulante	327.114	502.176

16.2. Operações de arrendamento mercantil

Apresentamos abaixo a movimentação no período, dos ativos de direito de uso dos imóveis, equipamentos e veículos, e as correspondentes obrigações.

a) Ativos de Direito de uso

	31/03/2023		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	42.381	1.030	43.411
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	2.689	-	2.689
Depreciação	(1.015)	(68)	(1.083)
Saldo no final do período	44.055	962	45.017

	31/12/2022		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	41.342	894	42.236
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.855	356	5.211
Depreciação	(3.816)	(220)	(4.036)
Saldo no final do exercício	42.381	1.030	43.411

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial.

Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos.

b) Arrendamentos a pagar

	31/03/2023		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	50.581	1.087	51.668
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	2.689	-	2.689
Juros Apropriados	1.156	31	1.187
Pagamentos	(1.882)	(87)	(1.969)
Saldo no final do período	52.544	1.031	53.575
Circulante	7.528	314	7.842
Não circulante	45.016	717	45.733

	31/12/2022		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	48.366	903	49.269
Adições por novos contratos	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.855	356	5.211
Juros Apropriados	4.482	113	4.595
Pagamentos	(7.122)	(285)	(7.407)
Saldo no final do exercício	50.581	1.087	51.668
Circulante			7.568
Não circulante			44.100

16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Outros Avais	76.512	73.961	1.226	1.806
Outras Fianças Bancárias	271.624	272.043	5.766	3.175
Total	348.136	346.004	6.992	4.981

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

Movimentação da provisão para garantias prestadas

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	4.981	910
Constituição	2.011	4.071
Saldo no final do período	6.992	4.981

Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A Lei n.º 14.183/2021 converteu a Medida Provisória n.º 1.034/2021 no qual efetuou a majoração da alíquota da CSLL para 25% no período de 1º/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, exceto o período compreendido entre 01/08/2022 e 31/12/2022, conforme Lei n.º 14.446/2022, cuja alíquota foi de 21%.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 32.14.

17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.396.869	15.639.639
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(1.978.591)	(7.037.838)
Ajustes	274.097	2.650.672
• Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(881.171)	(519.470)
• Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	840.080	1.426.942
• Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	225.073	1.570.134
• Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	35.079	157.318
• Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(33.810)	11.395
• Outras diferenças permanentes	88.846	4.353
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(1.704.494)	(4.387.166)
• Tributos Correntes	(1.572.011)	(2.191.078)
• Tributos Diferidos	(132.483)	(2.196.088)
Alíquota Efetiva	38,77%	28,05%

⁽¹⁾ A Lei n.º 14.183/2021 converteu a Medida Provisória n.º 1.034/2021 no qual efetuou a majoração da alíquota da CSLL para 25% no período de 1º/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, exceto o período compreendido entre 01/08/2022 e 31/12/2022, conforme Lei n.º 14.446/2022, cuja alíquota foi de 21%.

⁽²⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

IRPJ e CSLL Devido

	31/03/2023	31/12/2022
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	1.572.011	3.699.298
Total dos tributos correntes reconhecidos no Patrimônio líquido ⁽¹⁾	9.002	1.125.944
Ajustes de exercícios anteriores	(10.614)	(610)
Tributos correntes devidos no período	1.570.399	4.824.632
(-) Antecipações	(342.939)	(3.716.159)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.227.460	1.108.473

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

17.2. IR e CSLL Diferidos

a) Créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/03/2023	31/12/2022	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Provisão para perdas de crédito	4.474.083	4.014.726	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.454.103	4.528.643	Alienação de títulos
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	862.522	833.673	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	112.776	112.776	Pagamento
Ágio amortizado	88.352	86.534	Alienação de títulos
Outros	452.915	417.159	
Subtotal	10.444.751	9.993.511	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	1.031.118	784.139	Alienação de títulos
Perda atuarial – FAMS	27.446	25.018	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	1.058.564	809.157	
Total de Créditos tributários diferidos	11.503.315	10.802.668	

Passivo	31/03/2023	31/12/2022	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.978.092)	(3.886.963)	Alienação de títulos
Outros	(11.312)	(12.170)	
Subtotal	(3.989.404)	(3.899.133)	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(5.210.987)	(6.594.911)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – FAMS	(385.882)	(387.087)	
Subtotal	(5.596.869)	(6.981.998)	
Total de Débitos tributários diferidos	(9.586.273)	(10.881.131)	

b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2022	Constituição	Realização	31/03/2023
Contrapartida no resultado:				
Provisão para perdas de crédito	4.014.726	2.986.355	(2.526.998)	4.474.083
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.528.643	-	(74.540)	4.454.103
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	833.673	32.466	(3.617)	862.522
Participação dos empregados no lucro	112.776	-	-	112.776
Ágio amortizado	86.534	1.818	-	88.352
Outros	417.159	60.834	(25.078)	452.915
Subtotal	9.993.511	3.081.473	(2.630.233)	10.444.751
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	784.139	246.979	-	1.031.118
Perda atuarial – FAMS	25.018	6.448	(4.020)	27.446
Subtotal	809.157	253.427	(4.020)	1.058.564
Total de Créditos tributários diferidos	10.802.668	3.334.900	(2.634.253)	11.503.315

Passivo	31/12/2022	Constituição	Realização	31/03/2023
Contrapartida no resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.886.963)	(645.678)	554.549	(3.978.092)
Outros	(12.170)	-	858	(11.312)
Subtotal	(3.899.133)	(645.678)	555.407	(3.989.404)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(6.594.911)	(280)	1.384.204	(5.210.987)
Ganho atuarial – FAMS	(387.087)	-	1.205	(385.882)
Subtotal	(6.981.998)	(280)	1.385.409	(5.596.869)
Total de Débitos tributários diferidos	(10.881.131)	(645.958)	1.940.816	(9.586.273)

c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2022	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2023
Créditos tributários diferidos	10.802.668	451.240	249.407	11.503.315
Débitos tributários diferidos	(10.881.130)	(90.271)	1.385.129	(9.586.273)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(78.462)	360.969	1.634.536	1.917.042

	31/12/2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2022
Créditos tributários diferidos	12.504.617	363.009	(2.734)	12.864.892
Débitos tributários diferidos	(12.166.083)	(2.551.531)	(2.241.622)	(16.959.236)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	338.534	(2.188.522)	(2.244.356)	(4.094.344)

d) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

	31/03/2023				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2023	2.352.387	20,45%	(1.223.857)	12,77%	1.128.530
2024	2.245.247	19,52%	(1.762.631)	18,39%	482.616
2025	1.709.433	14,86%	(1.731.628)	18,06%	(22.195)
2026	1.322.577	11,50%	(1.450.334)	15,13%	(127.757)
2027	1.378.517	11,98%	(1.447.951)	15,10%	(69.434)
2028 a 2032	2.495.154	21,69%	(1.020.828)	10,65%	1.474.326
Após 2032 ⁽¹⁾	-	0,00%	(949.044)	9,90%	(949.044)
Total	11.503.315	100,00%	(9.586.273)	100,00%	1.917.042

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

	31/12/2022				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2023	2.457.190	22,75%	(6.176.315)	56,76%	(3.719.125)
2024	2.102.992	19,47%	(3.275.215)	30,10%	(1.172.223)
2025	1.709.253	15,82%	(312.503)	2,87%	1.396.750
2026	783.543	7,25%	(42.884)	0,39%	740.659
2027	796.236	7,37%	(40.742)	0,37%	755.494
2028 a 2032	2.953.454	27,34%	(166.290)	1,53%	2.787.164
Após 2032 ⁽¹⁾	-	-	(867.182)	7,97%	(867.182)
Total	10.802.668	100,00%	(10.881.131)	100,00%	(78.463)

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

17.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
IRPJ/CSLL a compensar	951.521	610.491
Imposto de renda retido na fonte	54.482	354.027
Outros	5.422	5.095
Total	1.011.425	969.613
Circulante	1.011.425	969.613

18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 32.12.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhistas	137.356	117.399
Cíveis	2.288.379	2.231.123
Fiscais	7.116	7.037
Total	2.432.851	2.355.559
Circulante	1.372	1.334
Não circulante	2.431.479	2.354.225

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	31/03/2023			31/12/2022		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	123	1.250	-	119	1.215	-
Entre 1 e 2 anos	58.157	1.866	-	56.902	826	-
Entre 2 e 3 anos	42.205	1.126.886	7.116	26.398	1.092.068	7.037
Entre 3 e 5 anos	35.437	1.152.332	-	32.576	1.130.225	-
Entre 5 e 10 anos	1.434	6.045	-	1.404	6.789	-
Após 10 anos	-	-	-	-	-	-
Total	137.356	2.288.379	7.116	117.399	2.231.123	7.037

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 165 processos judiciais em andamento (161 em 31 de dezembro de 2022), referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no período:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	117.399	98.565
Pagamentos	(391)	(9.717)
Constituições	25.783	41.482
Reversões	(5.435)	(12.931)
Saldo no final do período	137.356	117.399

Em 31 de março de 2023, havia 12 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 8.165. Em 31 de dezembro de 2022, havia 12 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.962.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 38 processos (36 em 31 de dezembro de 2022), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	2.231.123	1.814.144
Pagamentos	-	(154)
Constituições	60.545	420.576
Reversões	(3.289)	(3.443)
Saldo no final do período	2.288.379	2.231.123

Em 31 de março de 2023, havia 46 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 63.878. Em 31 de dezembro de 2022, havia 47 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 64.522.

c) Provisões fiscais

As provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo, referente a compensação de créditos fiscais.

Movimentação das provisões fiscais no período:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	7.037	6.251
Constituições	84	786
Reversões	(5)	-
Saldo no final do período	7.116	7.037

Em 31 de março de 2023, havia 10 processos judiciais classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.546.638. Em 31 de dezembro de 2022, havia 12 processos judiciais classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.536.811.

19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 32.13.

19.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo atuarial – PBB	1.804.092	1.568.279
Passivo atuarial – PAS	3.426.419	3.333.987
	5.230.511	4.902.266
Circulante		
Passivo atuarial – PBB	476.252	459.631
Passivo atuarial – PAS	91.437	88.234
	567.689	547.865
Não circulante		
Passivo atuarial – PBB	1.327.840	1.108.648
Passivo atuarial – PAS	3.334.982	3.245.753
	4.662.822	4.354.401

19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 28 de fevereiro de 2023 e atualizada até 31 de março de 2023:

	31/03/2023	31/12/2022
Valor presente da obrigação atuarial	17.318.151	17.396.157
Valor justo dos ativos do plano	(13.709.967)	(14.259.601)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	3.608.184	3.136.556
Efeito do compartilhamento de risco	(1.804.092)	(1.568.277)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.804.092	1.568.279

Desde de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), é reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Valor presente no início do exercício	17.396.157	18.623.309
Custo do serviço corrente	59.556	273.616
Custo de juros	377.377	1.583.223
Contribuição dos participantes do plano	33.402	119.567
Benefícios pagos	(229.091)	(850.622)
Perdas (ganhos) atuariais	(319.250)	(1.865.320)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	(26.699)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(39.603)	(2.283.897)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	-	1.288.627
Mudança de premissas (alteração do cálculo de benefício) ⁽¹⁾	(159.445)	-
Ajuste de experiência	(120.202)	(843.351)
Outros (mudança de estimativa) ⁽²⁾	-	(487.616)
Valor presente no final do período	17.318.151	17.396.157

⁽¹⁾ Base de cálculo para novos benefícios foi alterada da média aritmética simples dos últimos 12 para 36 salários-de-participação, em adequação à Resolução CGPAR nº 37/2022, exceto para benefícios já concedidos e os participantes elegíveis até 16/11/2022.

⁽²⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Valor justo no início do exercício	14.259.601	14.781.934
Receita de juros	339.567	1.378.711
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(755.268)	(841.181)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	61.756	227.935
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	33.402	119.567
Benefícios pagos	(229.091)	(850.622)
Benefícios brutos	(260.486)	(967.273)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	31.395	116.651
Outros (mudança de estimativa) ⁽³⁾	-	(556.743)
Valor justo no final do período	13.709.967	14.259.601

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contratos de dívida (cujas amortizações estão, por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 64.797.

⁽³⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 255.472.

A duração média da obrigação atuarial é de 15,02 anos em 31 de março de 2023 (15,25 anos em 31 de dezembro de 2022).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de março de 2023 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.167.334	1.180.301	1.199.398	2.429.273	6.260.290	57.554.395	69.790.991

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2022 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.159.054	1.169.204	1.190.993	2.413.463	6.242.281	59.435.678	71.610.673

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	31/03/2023	31/03/2022
Custo do serviço corrente	(59.556)	(66.728)
Custo dos juros da obrigação	(377.377)	(357.344)
Receita de juros dos ativos	339.567	315.566
Subtotal	(97.366)	(108.506)
Contribuições recebidas do empregador	61.756	57.974
Total	(35.610)	(50.532)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	3.579.450	2.922.428
Ganhos (Perdas) atuariais	319.250	1.865.320
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(755.268)	(841.181)
Saldo no final do período	3.143.432	3.946.567
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	235.814	(386.973)
Outros (mudança de estimativa) ⁽²⁾	-	19.856
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	3.379.246	3.579.450

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos períodos findos.

⁽²⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2023				31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	59.837	11.648.254	466.246	12.174.337	64.178	12.287.202	451.484	12.802.864
Ações	-	480.751	-	480.751	-	514.836	-	514.836
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	11.167.503	-	11.167.503	-	11.772.366	-	11.772.366
Participações	-	-	466.246	466.246	-	-	451.484	451.484
Fundos imobiliários	59.837	-	-	59.837	64.178	-	-	64.178
Recursos a Receber - Precatórios - OFND ⁽¹⁾	-	-	284.770	284.770	-	-	275.810	275.810
Imóveis ⁽²⁾	-	-	850.016	850.016	-	-	806.242	806.242
Locados a terceiros	-	-	806.448	806.448	-	-	763.626	763.626
Locados aos patrocinadores	-	-	43.568	43.568	-	-	42.616	42.616
Empréstimos e financiamentos	-	-	445.034	445.034	-	-	463.480	463.480
Subtotal	59.837	11.648.254	2.046.066	13.754.157	64.178	12.287.202	1.997.016	14.348.396
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽³⁾				99.060				89.827
Outras deduções ⁽⁴⁾				(235.932)				(280.359)
Total em 31/05/2022 e 30/11/2021				13.617.285				14.157.864
Atualização de data-base ⁽⁵⁾				92.682				101.737
Total				13.709.967				14.259.601

⁽¹⁾ Recursos a receber oriundos de acordo com a União, encerrando ação judicial coletiva movida pela Abrapp com início em 1991, reconhecendo o direito das entidades fechadas de previdência complementar em receber a correção monetária das aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) realizadas nos anos 80. Em novembro de 2021, a Abrapp e a União acordaram o pagamento em forma de precatórios a 88 entidades (incluindo a FAPES). Em março de 2022, foi celebrado o acordo. Em novembro de 2022, foi concluída avaliação para escrituração no balanço, tendo a FAPES registrado R\$ 286,5 milhões no PBB.

⁽²⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 5.795 em 31 de março de 2023 (R\$ 7.117 em 31 de dezembro de 2022).

⁽³⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽⁴⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁵⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 28/02/2023 para 31/03/2023. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/03/2023.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de março de 2023, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(939.974)	-5,43%
Redução de 0,5% a.a.	1.040.747	6,01%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(1.791.840)	-10,35%
Redução de 1% a.a.	2.197.240	12,69%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	326.141	1,88%
Redução de 1 ano na idade	(335.869)	-1,94%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	509.052	2,94%
Redução de 1% a.a.	(449.824)	-2,60%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2023	31/12/2022
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	1.409.141	1.393.520
Contratos de 2004 ⁽²⁾	100.868	100.750
Total	1.510.009	1.494.270

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, que foi denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade. Também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 29ª Vara Federal/RJ. Em 01/06/2022, em atendimento à determinação do Ministro Relator, a SecexFinanças expediu instrução com avaliação acerca do impacto efetivo de eventual ressarcimento no déficit técnico do PBB. Em 08/03/2023, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer sobre os aportes efetuados. Atualmente, o processo se encontra no gabinete do Ministro Relator para elaboração de voto e posterior colocação do processo em pauta de julgamento do Plenário do TCU.

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. Em 20/05/2022, foi proferida decisão deferindo prova pericial e nomeando perito. Em 03/04/2023, as partes foram intimadas da petição de honorários do perito, prazo em curso.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados no PBB em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de

restituição dos aportes. Em 28/10/2022, foi proferida sentença de primeira instância tendo sido rejeitado o pedido da ação proposta pela FAPES contra o BNDES e União e acolhido o pedido do BNDES e União para condenar a FAPES na devolução de todos os 3 (três) aportes unilateralmente perpetrados pelo BNDES, BNDESPAR e a FINAME, no valor de R\$ 395,2 milhões (junho de 2009), R\$ 11,5 milhões (julho de 2010), e R\$ 40,9 milhões (agosto de 2010), de forma proporcional ao que foi desembolsado por cada empresa, corrigidos da data de sua realização até o efetivo pagamento pela rentabilidade da reconvinada (FAPES). Em 14/11/2022, a FAPES interpôs recurso de Embargos de Declaração. Embargos de Declaração não acolhidos. Em 27/02/2023, sentença confirmada em instância. Em 31/03/2023, FAPES interpôs recurso de apelação.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Entre essa data e 31/03/2023 houve 40 adesões. O plano foi estruturado na modalidade de contribuição definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de no mínimo 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos. Foram aportados R\$ 278 no PBCD, em 2023, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no plano.

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: 1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; 2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou 3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta - ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo aos Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

19.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.426.419	3.333.987
Passivo líquido	3.426.419	3.333.987

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	3.333.987	3.634.405
Custo do serviço corrente	27.992	132.933
Custo de juros da obrigação	80.328	346.598
Perdas (Ganhos) atuariais	16.164	(418.504)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(11.325)	(649.788)
Ajuste de experiência	27.490	231.284
Benefícios pagos	(32.052)	(112.341)
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	-	(249.104)
Saldo no final do período	3.426.419	3.333.987

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da patrocinadora FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/03/2023	31/03/2022
Custo do serviço corrente	(27.992)	(33.560)
Custo dos juros da obrigação	(80.328)	(78.666)
Subtotal	(108.320)	(112.226)
Benefícios pagos	32.052	34.889
Total	(76.268)	(77.337)

Os valores brutos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes – PL	31/03/2023	31/12/2022
Saldo do início do exercício	725.227	352.453
Ganhos (Perdas) atuariais	(16.164)	418.504
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	-	(45.730)
Saldo no final do período	709.063	725.227

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da patrocinadora FAPES.

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 119.565.

A duração média da obrigação atuarial é de 21,91 anos em 31 de março de 2023 (22,04 anos em 31 de dezembro de 2022).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de março de 2023 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PAS	119.565	127.147	135.154	293.312	883.615	23.676.654	25.235.447

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2022 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PAS	115.401	122.592	130.363	282.526	852.670	23.131.991	24.635.543

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de março de 2023, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(264.816)	-7,73%
Redução de 0,5% a.a.	302.014	8,81%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(498.005)	-14,53%
Redução de 1% a.a.	647.968	18,91%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	119.334	3,48%
Redução de 1 ano na idade	(119.043)	-3,47%
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	649.926	18,97%
Redução de 1% a.a.	(507.581)	-14,81%

19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2023	31/12/2022
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,61% a.a.	2,61% a.a.
Grupo Apoio	2,57% a.a.	2,57% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,12% a.a.	6,20% a.a.
Grupo Apoio	6,08% a.a.	6,16% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,91% a.a.	9,98% a.a.
Taxa de inflação	3,42% a.a.	3,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,91% a.a.	9,98% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 6,28% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 20/03/2023 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 6,15% a.a. em 31/03/2023, representando redução de 0,13 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

19.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		31/03/2023		31/12/2022	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	21.691	96	19.934	67
	Quantidade	19	6	19	7
Classificação: Possível	Valor	26.816	306	27.043	293
	Quantidade	61	8	62	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 21.691 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 96 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 26.816 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 306 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	31/03/2023	31/03/2022
Vale transporte	10	-
Vale-refeição	19.199	15.723
Assistência Educacional	8.357	7.614
Total	27.566	23.337

20. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2023	31/12/2022
Provisão de desembolso - Fundo Social	472.661	380.815
Provisão de desembolso - FUNTEC	185.814	188.323
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	7.120	7.120
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	274.874	274.874
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	4.556	4.556
Obrigações trabalhistas (pessoal)	433.466	422.363
Outras	71.951	207.983
Total	1.450.442	1.486.034
Circulante	1.447.532	1.483.124
Não circulante	2.910	2.910

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 29 de abril de 2022, aprovou o aumento de capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 12.946.254, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2021, sem emissão de novas ações. O BACEN aprovou o aumento de capital em maio de 2023, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, e o capital passará a ser de R\$ 74.788.402, conforme Nota Explicativa nº 29.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2023, aprovou novo aumento capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 15.862.358, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2022, sem emissão de novas ações. Uma vez que o pleito para o aumento de capital seja autorizado pelo BACEN, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, o capital passará a ser de R\$ 90.650.760.

21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de março de 2023 havia um contrato de dívida celebrado com a União que compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021:

- Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		31/12/2022	Amortização	31/03/2023	31/12/2022	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	31/03/2023
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	584.354	77.953	-	662.307
Circulante					584.354			662.307
Não circulante					-			-

21.3. Reservas de lucros

	31/03/2023	31/12/2022
Reserva legal	9.524.841	9.524.841
Reserva para futuro aumento de capital	15.862.358	15.862.358
Reservas de equalização de dividendos	20.431.124	20.431.124
Incentivos fiscais	201.355	201.355
Total	46.019.678	46.019.678

21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	12.109.518	15.748.779
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	3.729.873	3.942.609
Subtotal	15.839.391	19.691.388
Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(183.066)	(201.588)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	511.309	533.479
Subtotal	328.243	331.891
Total	16.167.634	20.023.279

22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	31/03/2023						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	12.378.895	(845.910)	-	-	-	45.405	11.578.390
Operações de crédito	7.292.563	(779.189)	-	-	-	45.405	6.558.779
Repasses Interfinanceiros	3.892.979	(63.881)	-	-	-	-	3.829.098
Venda a prazo de TVM	(24)	(2.840)	-	-	-	-	(2.864)
Direitos recebíveis	61.221	-	-	-	-	-	61.221
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.132.156	-	-	-	-	-	1.132.156
Resultado com títulos e valores mobiliários	3.853.567	(147.401)	520.176	(72.728)	-	(286.919)	3.866.695
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	1.383.366	-	-	-	-	(286.919)	1.096.447
Títulos federais	2.017.778	-	412.024	(72.733)	-	-	2.357.069
Debêntures	385.295	-	(2.116)	-	-	-	383.179
Títulos de renda fixa no exterior	67.128	(147.401)	110.268	5	-	-	30.000
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	259.149	259.149
Total	16.232.462	(993.311)	520.176	(72.728)	-	17.635	15.704.234
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(10.870.590)	1.522.511	-	-	-	-	(9.348.079)
Depósitos interfinanceiros	(20.382)	-	-	-	-	-	(20.382)
Depósitos especiais	(134.246)	-	-	-	-	-	(134.246)
Operações compromissadas	(1.218.692)	-	-	-	-	-	(1.218.692)
Obrigações por emissão de debêntures e LF	(14.086)	-	-	-	-	-	(14.086)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.085.384)	870.218	-	-	-	-	(215.166)
Dívida subordinada	(8.394.998)	652.293	-	-	-	-	(7.742.705)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.802)	-	-	-	-	-	(2.802)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	(1.830.425)	-	-	-	(1.830.425)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(1.023.492)	-	(1.023.492)
Resultado da carteira de câmbio	-	75.824	-	-	-	-	75.824
Total	(10.870.590)	1.598.335	(1.830.425)	-	(1.023.492)	-	(12.126.172)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.361.872	605.024	(1.310.249)	(72.728)	(1.023.492)	17.635	3.578.062

	31/03/2022						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	10.794.485	(6.029.368)	-	-	-	43.250	4.808.367
Operações de crédito	6.712.778	(5.801.574)	-	-	-	43.250	954.454
Repasses Interfinanceiros	2.850.969	(207.870)	-	-	-	-	2.643.099
Venda a prazo de TVM	14.768	(19.924)	-	-	-	-	(5.155)
Direitos recebíveis	27.926	-	-	-	-	-	27.926
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.188.043	-	-	-	-	-	1.188.043
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.540.845	(845.853)	189.804	(110.313)	-	(198.400)	3.576.085
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	2.262.569	-	2.228	-	-	-	2.264.797
Títulos federais	2.016.971	-	59.434	(110.313)	-	-	1.966.093
Debêntures	274.953	-	48.279	-	-	-	323.232
Fundos mútuos de investimento	(1.508)	-	-	-	-	(198.400)	(199.907)
Títulos de renda fixa no exterior	(12.141)	(845.853)	79.863	-	-	-	(778.130)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	259.273	259.273
Total	15.335.330	(6.875.220)	189.804	(110.313)	-	104.123	8.643.725
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(9.966.773)	10.541.535	-	-	-	-	574.762
Depósitos interfinanceiros	(3.898)	-	-	-	-	-	(3.898)
Depósitos especiais	(161.202)	-	-	-	-	-	(161.202)
Operações compromissadas	(1.005.658)	-	-	-	-	-	(1.005.658)
Obrigações por emissão de debêntures	(44.034)	-	-	-	-	-	(44.034)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.650.547)	6.154.174	-	-	-	-	4.503.628
Dívida subordinada	(7.101.255)	4.387.361	-	-	-	-	(2.713.893)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(180)	-	-	-	-	-	(180)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	(3.451.031)	-	-	-	(3.451.031)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(2.738.445)	-	(2.738.445)
Resultado da carteira de câmbio	-	(250.788)	-	-	-	-	(250.788)
Total	(9.966.773)	10.290.748	(3.451.031)	-	(2.738.445)	-	(5.865.502)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.368.557	3.415.527	(3.261.227)	(110.313)	(2.738.445)	104.123	2.778.223

23. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas na IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota 7.1)	75.055.767	71.194.757
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	832.693	802.422
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota 11.1. c)	37.209.886	38.372.505
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	662.307	584.354
Outras obrigações com o Tesouro Nacional	73	91.192
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.236.232	9.913.974
Patrimônio líquido		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	8.731.760	8.731.760

	31/03/2023	31/03/2022
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	2.357.069	1.966.093
Receitas com outros créditos – equalização	1.132.156	1.188.043
Despesas com operações de repasses	(487.471)	(517.350)
Despesas com outras obrigações – equalização	(2.802)	(180)

23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	31/03/2023	31/12/2022
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	761.970	733.587
Outros créditos	70.723	68.835
Total	832.693	802.422

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Valores Apurados em:		
2023	755.656	-
2022	-	728.665
Anos anteriores	4.354	4.354
Valores retidos pelo Tesouro Nacional	1.960	568
Total	761.970	733.587

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	733.587	1.970.975
Valores apurados nos períodos	1.128.060	3.941.299
Atualização Monetária	216	435
Recebimentos	(1.099.893)	(5.179.879)
Outras	-	757
Saldo no final do período	761.970	733.587

Abertura dos valores apurados nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, segregados por ações orçamentárias:

	31/03/2023	31/12/2022
Investimento	609.459	2.196.045
Pronaf	362.423	1.084.401
PSI	105.473	576.522
Custeio	49.126	80.512
Cerealistas	1.579	3.818
Revitaliza	-	1
Total	1.128.060	3.941.299

23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo	43.930.237	46.254.884
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	43.965.972	45.151.141
Provisão para perdas de crédito	(180.724)	(75.943)
Direitos a receber – Eletrobras	-	776.473
Outros	144.989	403.213
Passivo	414.605.784	409.036.484
Empréstimos e repasses no país	24.503.211	25.497.243
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.848.514	9.681.705
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	373.533.159	366.859.581
FAT Depósito especial	5.377.863	5.563.560
Emissão de debêntures	702.904	749.340
Outros	640.133	685.055

23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de março de 2023, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 137.435 e a receita com os serviços foram de R\$ 14.745.

23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.804.092	1.568.279
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	3.426.419	3.333.987
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	3.305.474	3.431.718
Ajuste de avaliação patrimonial - PAS	857.517	860.195

	31/03/2023	31/03/2022
Despesas		
PBB	(35.610)	(50.532)
PAS	(76.268)	(77.337)

23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Direitos e recebíveis	184.922	185.405
Provisão para perdas de crédito	(149.761)	(149.766)

23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	31/03/2023	31/03/2022
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	3.583	4.059
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória – quarentena	997	158
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:		
Férias proporcionais e indenizadas	112	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	92,03	80,84	92,03
Menor Salário	8,10	5,28	8,10	4,66
Salário Médio	31,70	40,62	35,30	37,22

23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	4.556	274.874	4.333	251.427
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	-	-	27	10.522
Pagamentos realizados	-	-	(2.077)	(261.949)
Ajuste provisão RVAs – diferidas ⁽¹⁾	-	-	297	-
Provisão do período	-	-	1.976	274.874
Saldo no final do período	4.556	274.874	4.556	274.874

⁽¹⁾ O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	31/03/2023	31/12/2022
2023	2.326	2.326
2024	1.155	1.155
2025	745	745
2026	330	330
Total	4.556	4.556

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 32.4, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES.

	31/03/2023				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	12.507.579	-	-	-	12.507.579
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	(1.743.513)	-	3.232.033	-	1.488.520
Despesas de Captação	(11.196.200)	(2.001.309)	2.255.904	-	(10.941.605)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(799.695)	-	(799.695)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(432.134)	(2.001.309)	4.688.242	-	2.254.799
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.759.872	-	65.680	-	2.825.552
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.327.738	(2.001.309)	4.753.922	-	5.080.351
Resultado com Participações Societárias	-	2.330.896	-	-	2.330.896
Despesas Administrativas e com Pessoal	(601.665)	(78.568)	(38.758)	-	(718.991)
Outras receitas (despesas), líquidas	(627.867)	(9.275)	(130.248)	-	(767.390)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.098.206	241.744	4.584.916	-	5.924.866
Tributos sobre o Lucro	(536.671)	766.323	(1.832.145)	(359.686)	(1.962.179)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	561.535	1.008.067	2.752.771	(359.686)	3.962.687
ATIVOS	481.172.449	60.381.008	129.577.025	14.671.301	685.801.783
Investimentos em coligadas (MEP)		1.895.902			1.895.902

	31/03/2022				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	10.910.151	-	-	-	10.910.151
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	216.394	-	4.526.104	-	4.742.498
Despesas de Captação	(8.633.386)	(1.797.431)	114.474	-	(10.316.343)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(406.598)	-	(406.598)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.493.159	(1.797.431)	4.233.980	-	4.929.708
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	(38.445)	-	297.780	-	259.335
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.454.714	(1.797.431)	4.531.760	-	5.189.043
Resultado com Participações Societárias	-	14.850.741	-	-	14.850.741
Despesas Administrativas e com Pessoal	(538.658)	(66.512)	(31.918)	-	(637.088)
Outras receitas (despesas), líquidas	(388.951)	(67.739)	(37.118)	-	(493.808)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.527.105	12.919.059	4.462.724	-	18.908.888
Tributos sobre o Lucro	(681.653)	(3.001.577)	(1.706.826)	(616.888)	(6.006.944)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	845.452	9.917.482	2.755.898	(616.888)	12.901.944
ATIVOS	444.353.074	84.077.821	203.328.962	17.933.443	749.693.300
Investimentos em coligadas (MEP)		1.888.665			1.888.665

25. GESTÃO DE RISCOS

25.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Appetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos de segurança da informação.

O gerenciamento de riscos no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

A estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que

contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado ("teste de estresse"); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (AIC/GAMCK), responsável pela elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

25.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco de continuidade de negócios e o risco de segurança da informação (incluindo o risco cibernético). Já o controle interno é o processo executado em todos os níveis da Instituição, desenvolvido para mitigar riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles.

As atividades se baseiam nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O processo de gestão de riscos é aplicado em toda a Instituição, por meio de metodologias que se complementam permitindo refletir as alterações nos ambientes interno e externo, tais como a realização de ciclos bienais em todas as áreas para ampla atualização do inventário de riscos, avaliação de novos produtos e serviços e avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN nº 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco do Sistema BNDES são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional e controle interno em conjunto com as unidades responsáveis, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de mitigação.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos de segurança da informação, que são pautadas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque as atividades de levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação envolve a periódica realização de ações de capacitação e disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração, entre as quais se destacam a disponibilização de treinamentos obrigatórios elaborados especificamente para cada público; a disponibilização de guias, manuais e tutoriais sobre procedimentos de gestão de risco operacional, buscando maior autonomia e efetividade na atuação da diversas

unidades; a realização de ações de comunicação, como banner / blog na Intranet e matérias em periódicos internos; e a divulgação da revisão periódica das políticas corporativas sobre o tema.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 71.744.859, em 31 de dezembro de 2022, para R\$ 83.983.358, em 31 de março de 2023. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2022, considerados apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de março de 2023, em contraste com o IE referente ao 2º semestre de 2019, que deixou de ser considerados no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o Value – at – Risk (VaR) e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco é medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir.

A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o mesmo VaR, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e holding period de 1 dia útil.

Os valores para 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	31/03/2023	31/12/2022
Juros	9.434	123.804
Câmbio	77.618	4.735
Ações	1.637.100	2.144.280
Efeito Diversificação	(97.047)	(103.523)
VaR total	1.627.105	2.169.296

As variações do VaR dos fatores de risco “Juros” e “Câmbio” se devem a mudanças metodológicas no cálculo ocorridas a partir de 2023. Já a variação do VaR de Ações é decorrente da redução da exposição e volatilidade da carteira.

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB, para 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Métrica	31/03/2023	31/12/2022
Δ EVE	1.691.473	811.021
Δ NII	790.065	669.968
IRRBB (Total)	853.080	703.981

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RW_{AMPAD})

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RW_{AMPAD}). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RW_{AMPAD}	31/03/2023	31/12/2022
RW_{JUR1}	643.452	556.433
RW_{JUR2}	-	-
RW_{JUR3}	2.875.585	2.341.271
RW_{CAM}	13.966.286	17.314.003
Total parcela RW_{AMPAD}	17.485.323	20.211.707
IRRBB	853.080	703.981

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RW_{ACS}) e de commodities (RW_{COM}) foram nulos ao final dos períodos analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	31/03/2023	31/12/2022
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	46.078.036	36.246.455
Juros	TJLP	23.035.499	32.014.962
Juros	Prefixado	7.276.458	7.276.458
Juros	IGPM	146.732	144.770
Juros	IPCA	5.391.274	5.061.379
Juros	TR	(4.712.279)	(4.777.035)
Câmbio	Moeda Estrangeira	149.410	(77.304)
Operações de renda variável			
Preços	Ações	51.782.036	56.739.845
Preços	Bônus de Subscrição	2.220	149.293
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	3.633.704	3.840.480

25.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e

tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Indicadores de Risco de Liquidez	31/03/2023	31/12/2022
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	18,4	7,2
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	3,2	3,1
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,3	1,2

A divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplemento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen n.º 3.644/13¹ e n.º 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	31/03/2023	31/12/2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.450.471	963.012
Títulos e Valores Mobiliários	65.047.649	71.989.779
Repasse Interfinanceiros	88.740.388	87.288.443
Operações de Crédito	218.668.965	220.677.197
Outros Direitos a receber	3.749.058	3.321.446
Investimentos e Imobilizado de Uso	1.997.620	2.051.320
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	21.963.268	14.225.956
Créditos Tributários	7.644.228	7.927.842
Demais itens do RWA _{CPAD}	6.419.882	7.325.984
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	415.681.529	415.770.979

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. São estimados ainda matrizes de migração de estados e o valor em risco para a carteira de créditos, atualmente estimado por metodologias analíticas e por simulação.

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/18 e n.º 4.995/22, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

¹ A Circular BACEN n.º 3.644/2013 será revogada pela Resolução BCB n.º 229 de 12/05/2022 a partir de 01/07/2023.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN nº 4.677/18, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN nº 4.995/22, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	31/03/2023	31/12/2022
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	21,8%	21,0%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	13,1%	12,1%

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	31/03/2023	31/12/2022
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	33.222.582	34.638.039
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	3.943.493	4.285.718
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	15.751.205	16.785.158
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.270.158	1.301.282
Total	54.187.438	57.010.197

⁽¹⁾ A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	61.676.387	58.034.473
Custo Amortizado		
Títulos e Valores Mobiliários	5.714.002	9.372.792
Operações de crédito	299.935.192	305.746.270
Repasse Interfinanceiros	181.582.755	178.817.747
Outros Créditos	3.520.992	3.463.839
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e Valores Mobiliários	60.468.479	55.257.138
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	82.467.973	88.877.630
Outros Ativos Financeiros	6.628.441	6.040.675
Off Balance		
Saldo a Liberar	90.508.813	91.467.484
Compromissos de crédito	99.638.216	74.507.233
Garantias financeiras	344.655	342.544
Total	892.485.905	871.927.825

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	31/03/2023	31/12/2022
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%	2,5%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,5%	10,5%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	7,0%	7,0%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,5%	8,5%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR – Consolidado	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	170.997.253	175.535.878
Nível I	139.389.863	138.660.590
Capital Principal	139.389.863	138.660.590
Patrimônio Líquido	132.034.078	131.323.725
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(1.375.974)	(1.394.894)
Ágios Pagos	(4.814)	(4.936)
Ativos Intangíveis	(6.270)	(7.104)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(1.364.890)	(1.382.854)
Nível II	31.607.390	36.875.288
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	31.607.390	36.875.288

	31/03/2023	31/12/2022
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	517.150.210	507.727.545
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	415.681.529	415.770.979
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	17.485.323	20.211.707
Risco operacional (RWA _{OPAD})	83.983.358	71.744.859
Risco Bancário (RBA)	552.065	703.982
Total	517.702.275	508.431.527

	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	41.372.017	40.618.204
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	129.073.171	134.213.693
Adicional de Capital Principal (ACP)	12.929.444	12.693.906
ACP Conservação ⁽⁴⁾	12.928.755	12.693.189
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	689	717

Índices	31/03/2023	31/12/2022
Índice de Basileia (IB)	33,07%	34,57%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	26,95%	27,31%
Índice de Capital Principal (ICP)	26,95%	27,31%
Razão de Alavancagem (RA)	17,69%	17,99%

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31/03/2023 correspondem à aplicação do limitador de 60% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2022, aplica-se o limitador de 70%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA a partir de 1º de abril de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R\$ 4,5 bi, devido a: queda no valor do Ajuste a Valor de Mercado (AVM) e redução no valor do capital de Nível II, compensado em parte pelo resultado do exercício.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram um crescimento de R\$ 9 bi (1,9%), principalmente devido ao aumento da parcela RWA_{OPAD}.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

Valores aplicados	31/03/2023	31/12/2022
FMM - Fundo da Marinha Mercante	20.887.131	21.942.804
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	964.134	958.412
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.750.643	1.613.443
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	2.420.410	2.365.201
FA - Fundo Amazônia	4.050.002	3.934.193
FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	846.675	842.278
FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações	1.199.204	1.169.095
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	277.064	268.365
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	5.377.864	5.563.559
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	5.919	5.650
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	1.608.249	1.553.732
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	21.057.859	20.724.619
Total	60.445.154	60.941.351

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	31/03/2023	31/12/2022
FGE	44.603.394	43.705.999
FGPC	10.498	10.199
Total	44.613.892	43.716.198

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	31/03/2023	31/03/2022
FMM - Fundo da Marinha Mercante	191.105	197.590
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	2.290	600
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	2.309	4.542
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	28	20
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	50.986	51.575
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	4.171	3.765
FND – Fundo Nacional de Desestatização	200	14
Total	251.089	258.106

26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 31 de março de 2023 e nos anos de 2022 e 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª e 3ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, O Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPF) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

26.3. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa nº 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

26.4. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo BACEN e CMN (“Padrão Cosif”) e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (“Padrão IFRS”).

	31/03/2022				31/12/2022
	Lucro líquido do Período	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Padrão Cosif	3.962.687	7.263.311	-	132.034.078	131.323.725
Ajustes de práticas contábeis:					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	77.954	-	(77.954)	8.731.760	8.731.760
Perda por redução do valor recuperável	(1.579.334)	13.392.317	(2.033.057)	9.779.926	12.458.138
(b) Baixas da carteira de crédito	(39.473)	-	6.829.871	6.790.398	6.829.871
(c) Operações da carteira de crédito	(2.616.512)	-	5.120.340	2.503.828	5.120.340
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	-	15.398.966	(15.398.966)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	1.076.651	(2.006.649)	1.415.698	485.700	507.927
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	(2.115)	211.236	(209.121)	-	-
(g) Participações em coligadas	121	-	405	526	405
(h) Ajustes da taxa efetiva de juros	2.155	-	(51.972)	(49.817)	(51.972)
(i) Arrendamento mercantil	(301)	-	(7.218)	(7.519)	(7.218)
Outros ajustes	(26.478)	315.957	(289.479)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	257.686	(5.015.187)	1.613.155	(3.144.346)	(3.886.482)
Lucro líquido do período no padrão IFRS			2.692.375		
Padrão IFRS	2.692.375	16.167.634	1.637.134	147.344.608	148.568.356
Total de ajustes no Padrão IFRS	(1.270.312)	8.904.323	1.637.134	15.310.530	17.244.631

- a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.
- b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) leva em consideração expectativas de recuperação, enquanto que no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso é o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço.
- c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/1999) estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais.
- d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular BACEN n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.
- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período, enquanto que de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passa a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020. Até 31 de dezembro de 2021 tal ganho é mantido no ativo como “deságio” reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento, para fins do Padrão Cosif. O valor de R\$ 91.900 inclui o saldo do deságio e dos ajustes de equivalência patrimonial e provisão para perdas decorrentes do menor saldo do ativo no Padrão Cosif até então.
- h) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif.
- i) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, não recepcionado pelo Bacen.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No 1º trimestre de 2023, não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

Durante o 1º trimestre de 2022, a subsidiária BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na coligada JBS, passando a tratar esse investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tal reclassificação gerou um ganho no resultado de R\$ 8.824.107, decorrente da mensuração inicial do investimento a valor justo e da transferência do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas (reconhecido até então no patrimônio líquido). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 9.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação de aumento de capital - BACEN

Em 02/05/2023 foi homologado pelo BACEN o aumento no capital, no montante de R\$ 12.946.254, sem emissão de novas ações, valor referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2021, passando o capital a ser de R\$ 74.788.402, conforme Nota Explicativa n.º 21.1.

Remuneração da Petrobras

Em 27 de abril de 2023 os acionistas da Petrobras aprovaram em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos complementares, referentes a parcela de R\$ 0,49806828 por ação que havia sido proposta pela Administração. Essa parcela excedente será paga em 27 de dezembro de 2023 corrigida pela SELIC. Dessa forma, o sistema BNDES reconheceu em abril de 2023 a receita de R\$ 516 milhões (sendo R\$ 67 milhões no BNDES e R\$ 448 milhões na BNDESPAR).

Em fato relevante divulgado no dia 11 de maio de 2023, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou, na mesma data, o pagamento de distribuição de remuneração aos acionistas no valor de R\$ 1,893577 por ação ordinária e preferencial em circulação, como antecipação relativa ao exercício de 2023, declarada com base no balanço de 31 de março de 2023 (dividendos e juros sobre capital próprio intercalares). A data de corte será 12 de junho de 2023 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 13 de junho de 2023.

A remuneração aos acionistas será paga em duas parcelas nos meses de agosto e setembro, da seguinte forma:

(i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,946788 por ação ordinária e preferencial em circulação, será paga em 18 de agosto de 2023, sendo feita em: (a) dividendos, de R\$ 0,278179 por ação ordinária e preferencial em circulação; e (b) juros sobre capital próprio de R\$ 0,668609 por ação ordinária e preferencial em circulação; e

(ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,946789 por ação ordinária e preferencial, será paga em 20 de setembro de 2023 integralmente sob a forma de dividendos.

Dessa forma, considerando as quantidades de ações detidas pelo Sistema BNDES em 31 de março de 2023, estima-se que o montante bruto de dividendos e juros sobre capital próprio será de R\$ 1.960 milhões, sendo R\$ 256 milhões referentes ao BNDES e R\$ 1.704 milhões à BNDESPAR, detalhado no quadro a seguir em milhões de Reais:

	1ª parcela - Dividendos	1ª parcela - JCP	2ª parcela - Dividendos	Total
BNDESPAR	250	602	852	1.704
BNDES	38	90	128	256
Total	288	692	980	1.960

30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o(a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

Destaca-se que a elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas demanda a realização de estimativas e julgamentos. Dessa forma, a seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

32.1. Instrumentos Financeiros

32.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

• **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES escolherá (irrevogavelmente) no início de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros

(i) Custo amortizado

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

(ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) Resumo das categorias de ativos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

- Títulos públicos federais;
- Fundos de investimentos;
- Operações compromissadas com possibilidade de resgate antecipado;
- Derivativos; e
- Debêntures híbridas.

Mensurados ao Custo Amortizado:

- Disponibilidades;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez tais como: carteira de câmbio, depósitos interfinanceiros, disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira e, operações compromissadas sem possibilidade de resgate antecipado;
- Debêntures simples de emissão privada;
- Repasses interfinanceiros e Operações de crédito; e
- Venda a prazo de TVM, direitos recebíveis; direitos a receber da Eletrobras, créditos perante o Tesouro Nacional, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, devedores diversos, devedores por depósitos em garantia e pagamentos a ressarcir.

Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

- Ações não coligadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures e títulos públicos federais.

c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa ou quando o BNDES transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem.

32.1.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Resumo das categorias de passivos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Derivativos.

Mensurados ao custo amortizado:

- Depósitos especiais do FAT, depósitos diversos, depósitos interfinanceiros, depósitos vinculados;
- Operações compromissadas;
- Debêntures, letras financeiras e letras de crédito do agronegócio emitidas;
- Empréstimos e repasses;
- Dívida subordinada;
- Fundos financeiros e de desenvolvimento; e
- Outras obrigações: contas a pagar, credores vinculados a liquidação de operações, obrigações por depósitos a apropriar, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, credores por compra de ações a prazo e obrigações vinculadas ao Tesouro Nacional.

d) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

32.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

32.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

32.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, onde os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão para perdas de crédito igual às perdas esperadas para a vida útil é realizada. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pelo BNDES ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

O BNDES, dessa forma, entende que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Enquanto que para migração do Estágio 3 para os demais estágios, a operação deve deixar de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- ii. Realização de amortização significativa;
- iii. Alteração do cliente ou do seu controlador;
- iv. Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

- (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,
- (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e
- (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).
- (iv) e avaliação individual de determinadas operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos, com uso de julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

d) Compromissos de créditos

O BNDES reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas baseada na soma da projeção dos compromissos de desembolso futuros de determinados créditos, ajustada pelo Fator de Conversão de Crédito (CCF).

32.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo conforme a relevância dos dados observados no seu processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton* e Simulação de Monte Carlo (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são negociados em bolsa) e árvore binomial (para opções do tipo americanas cujos ativos-objeto são negociados em bolsa).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica *Black-Scholes-Merton*, Simulação de Monte Carlo e Árvore Binomial são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada mês;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente definido pela projeção disponível na Bloomberg;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 1008 pregões.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

32.2. Investimento em coligadas

As coligadas são todas as entidades sobre as quais o BNDES possui o poder de participar nas políticas financeiras e operacionais das investidas, sem controlá-las de forma individual ou conjunta. A influência significativa é presumida quando se possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital social votante da investida. A presunção de influência é afastada quando não há participação nas decisões da investida, mesmo possuindo 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de

elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

32.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classificou como “Ativos Mantidos para Venda”, o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria foi realizada em virtude do fato de que o ativo está pronto para venda em suas condições atuais, sendo a venda altamente provável cuja ocorrência se dará em até um ano.

32.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de "ALM", que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como "Não Alocado" são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

32.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

32.6. Reconhecimento de Receita

Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

32.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 32.9.

32.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

32.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

32.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

32.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

32.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Basicamente, a norma requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação, reconhecimento e divulgação das ações é a seguinte:

Critérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim	Provisão de 100% Divulga
			Não	
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
			Não	
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

32.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, recentemente autorizado para funcionamento, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade

fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão do benefício de assistência à saúde.

32.13.1. Plano Básico de Benefícios - PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um "INSS teórico" atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.661,61 em 31/03/2023.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/03/2023 era de R\$ 7.507,49 (sete mil, quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/03/2023, com vencimento em 2035, que correspondeu a 6,28% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/03/2023 a 6,15% ao ano, representando redução de 0,13 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, que substitui as Resoluções CNPC n.º 29/2018 e n.º 37/2020, com efeito a partir de 01/09/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020, o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em

Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

32.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir; (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de no mínimo 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

32.13.3. Plano de Assistência e Saúde - PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – PAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2023, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro de 2023 e atualizada até 31 de março de 2023, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

32.13.4. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

32.13.5. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

32.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Nesse caso, os tributos são também reconhecidos diretamente no patrimônio.

Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados usando o método do passivo, e incidem sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes do ajuste a valor justo de certos ativos e passivos financeiros e provisões; e em relação a aquisições, à diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Na hipótese de resultarem saldos ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

32.15. Distribuição do lucro e destinação de reservas

As políticas contábeis adotadas tanto na constituição e destinação das reservas quanto no pagamento dos dividendos tem como base as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

O valor a ser distribuído a título de dividendos ao Acionista único é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo Mínimo Obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva para Equalização de Dividendos	35,0

Os juros sobre capital próprio e juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal são tratados como dividendos e são apresentados nestas Demonstrações Financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares, desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não provoque qualquer descumprimento nos limites prudenciais.

32.16. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

32.17. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti – Presidente

Adezio de Almeida Lima

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura Da Rocha

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Natália Maria Rapassi Dias Melo

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL

Elisa Vieira Leonel

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Suzana Teixeira Braga

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

Paula Bicudo de Castro Magalhães - Suplente

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
CRC RJ 097.092/O-9

COMITÊ DE AUDITORIA

Adezio de Almeida Lima - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar -
Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A diretoria executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2